

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 06-3-2017.

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Dr. Thiago, José Freitas, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 231/16 (Processo nº 2358/16), de autoria de Dr. Thiago e Luciano Marcantônio. Após, foi apregoado Requerimento de autoria de Dr. Thiago, Líder da Bancada do DEM, solicitando Licença para Tratamento de Saúde para Reginaldo Pujol, do dia cinco ao dia oito de março do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança o suplente Cláudio Conceição, informando que Sua Senhoria integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Jacqueline Sanchotene, Presidenta do Movimento Viva Gasômetro, que discorreu sobre o trabalho da instituição. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Fernanda Melchionna, Adeli Sell e Comandante Nádia manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais sobre o tema, a Jacqueline Sanchotene. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e dois minutos às quatorze horas e trinta e três minutos. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Valter Nagelstein, em tempo cedido por Cassio Trogildo, e Idenir Cecchim, este em tempo cedido por Cláudio Janta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Fernanda Melchionna, Sofia Cavedon, Cláudio Conceição, Rodrigo Maroni, André Carús, Prof. Alex Fraga e Professor Wambert. Na ocasião, por solicitação de Valter Nagelstein, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Masahiro Hatori e a José Mauro Peixoto. Às quinze horas e quarenta e sete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. A seguir, foi aprovado Requerimento de autoria de Fernanda Melchionna, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia sete de março do corrente. Em Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 007/15 (Processo nº 0586/15), por doze votos SIM, dezessete votos NÃO e três ABSTENÇÕES, considerando-se mantido o Veto Total oposto, tendo votado Sim Airto Ferronato, André Carús, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Idenir Cecchim, Mauro Zacher, Mendes

Ribeiro, Paulinho Motorista, Professor Wambert e Valter Nagelstein, votado Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, José Freitas, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulo Brum, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e optado pela Abstenção Fernanda Melchionna, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/16 (Processo nº 0779/16), por dezesseis votos SIM e dezessete votos NÃO, considerando-se mantido o Veto Total oposto, após ser discutido por Fernanda Melchionna, Valter Nagelstein, Cláudio Conceição, Roberto Robaina, Adeli Sell, Moisés Maluco do Bem, Prof. Alex Fraga, Comandante Nádia, Mauro Zacher, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Valter Nagelstein, Aldacir Oliboni, Sofia Cavedon, Mauro Pinheiro, Matheus Ayres, Cláudio Janta, este duas vezes, Cassiá Carpes, Rodrigo Maroni e Dr. Thiago e encaminhado à votação por Fernanda Melchionna, Sofia Cavedon, Rodrigo Maroni, Roberto Robaina, Prof. Alex Fraga e Aírto Ferronato, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e votado Não Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulo Brum e Valter Nagelstein. Durante a apreciação do Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/16, Idenir Cecchim e Mendes Ribeiro cederam seus tempos de discussão para Valter Nagelstein e Cláudio Janta, respectivamente. Na oportunidade, Felipe Camozzato e Mendes Ribeiro apresentaram Declarações de Voto ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/16. Às dezoito horas e vinte e sete minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Sofia Cavedon, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 025/17; em 2ª Sessão, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 020/16 e 003/17, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 191, 196, 197, 198, 207 e 267/16 e 031/17. A seguir, foi constatada a existência de quórum, em verificação solicitada por Mauro Pinheiro. Após, transcorreu o período de Comunicações, sem pronunciamentos. Também, foi registrada a presença de Werner Becker, ex-vereador deste Legislativo. Às dezoito horas e vinte e nove minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Valter Nagelstein e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol solicita Licença para Tratamento em Saúde no período de 5 a 8 de março de 2017. A Mesa declara empossado o Ver. Cláudio Conceição que integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Viva Gasômetro que tratará da apresentação da instituição. A Sra. Jacqueline Sanchotene, Presidente do Viva Gasômetro, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

A SRA. JACQUELINE SANCHOTENE: Boa tarde a todos e a todas, são dez anos de vida e dez anos de Câmara Municipal. Fizemos desta Casa o nosso principal palco para empreender nossas lutas. Agendamos essa Tribuna, a 19^a, para também apresentar o Viva Gasômetro aos Vereadores eleitos para primeiro mandato, são eles: Alvoní Medina, Comandante Nádia, Moisés Maluco do Bem, Matheus Ayres, Roberto Robaina, Professor Wambert e Felipe Camozzato.

Nossas principais conquistas foram aprovar quatro emendas ao Plano Diretor da cidade de Porto Alegre. Dessas, destacamos as emendas que criam o corredor Parque Gasômetro e o Largo Cultural do Gasômetro. Sobre a primeira emenda, lutamos para que o parque saia do papel. Na sua prática, a execução já iniciou, pois parte da Praça Júlio Mesquita, cuja área faz parte do nosso parque, foi reformulada com recursos do Projeto Orla. Temos ainda que conquistar a reformulação das duas pontas do parque, uma é a Brigadeiro Sampaio, e a outra ponta, da Júlio Mesquita, que fica frente a esta Casa, onde está localizado bem de inestimável valor cultural, que é a Usina de Gás Carbonado, a verdadeira Usina do Gasômetro. Sobre a emenda do Largo Cultural do Gasômetro, temos ainda que fazer a regulamentação da mesma. Sugerimos o aumento das calçadas da Rua General Salustiano, o aterramento de fios e também o restauro da fachada de seis casas. Queremos contar com o apoio das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores, em especial, com o apoio do Presidente, Ver. Cassio Trogildo, e do Líder do Governo, Ver. Cláudio Janta, junto ao Executivo Municipal, para que se dê continuidade à execução do Parque do Gasômetro. Queremos contar com o apoio de todos os Vereadores para a regulamentação do Largo e também para a sua execução. Vale lembrar das atividades de ioga, que levamos, há quatro anos, na Praça Júlio Mesquita. Antes dessas, por quatro anos, levamos também eventos culturais, sempre no terceiro sábado do mês. Nessa ocasião, tivemos o inestimável apoio e participação da cineasta Juliana Torquato, aqui presente. Somos gratas a ela, pois, desde o início, ela nos apoiou. A Juliana, hoje, nos trouxe uma nova preocupação através do seu primeiro projeto de longa metragem que trata de um dos flagelos da humanidade, que são os refugiados. Em nome da Juliana é que estou aqui presente, apresentando o projeto, falando dos refugiados e também apresentando o projeto Salam, Síria. Porto Alegre é uma cidade pluricultural, construída pelas mãos de imigrantes que vieram para esta terra

fugindo de guerras, fome e atrás de uma vida melhor. Erguida por açorianos, africanos, italianos, árabes, espanhóis, alemães e outras tantas nacionalidades, Porto Alegre hoje é o destino dos emigrantes refugiados do século XXI, entre eles haitianos, senegaleses e bolivianos, mas são os sírios que vivem há mais de cinco anos em guerra civil sem precedentes. A Síria é famosa pela história, pela culinária, pelas cidades de patrimônio da humanidade, como Aleppo e Palmira, por belas paisagens, planícies férteis e um povo trabalhador – a próspera Síria era um dos destinos mais procurados pelos turistas na região do Oriente Médio. Banhada pelas águas do mar Mediterrâneo, fazendo fronteira com Turquia, Iraque, Líbano, Jordânia e Israel, desde 2011, a Síria enfrenta uma guerra em que milhões de pessoas estão sofrendo a consequência, e o mundo a maior crise migratória desde a 2ª Guerra Mundial. Além disso, mais de 10 milhões de pessoas deixaram as suas casas fugindo para outras cidades dentro do país. A questão dos refugiados sírios é um assunto mundial que atinge a todos. Ajudá-los é fazer com que o sofrimento de alguns seja amenizado. Qualquer auxílio aos nossos irmãos sírios é de extrema importância. Mais da metade são crianças e mulheres, pessoas que perderam tudo da noite para o dia. O nosso País tem uma grande comunidade Síria que ajudou o Brasil a se desenvolver. A ideia de fazer o documentário “Salam, Síria”, que retrata essa história, partiu da socióloga e comentarista Juliana, que morou no Oriente Média entre 2014 e 2015 e viu de perto a situação difícil dos refugiados. Este é um filme/documento para ficar na história do país e também para registrar que a solidariedade está acima de qualquer horror armado. O documentário retratará o cotidiano das famílias sírias que escolheram três diferentes países para viver – Jordânia, Alemanha e Brasil –, mostrando o passado, o presente e a perspectiva dos membros de cada família. Além disso, o filme mostrará os desafios, medos, esperança e amparo que essas famílias estão tendo, que são os personagens por trás da guerra e das ajudas humanitárias.

Esperamos que, com esse filme, possamos integrar e ajudar os refugiados. Contamos com a ajuda de todos. E com a ajuda de todos podemos fazer um mundo melhor. Um fraterno abraço a todos e, mais uma vez, obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convidamos a Sra. Jacqueline Sanchotene a fazer parte da Mesa.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde, querida Jacqueline, Movimento Viva Gasômetro, também queria cumprimentar os trabalhadores municipais que nos acompanham na tarde de hoje e deixar registrado o nosso apoio à luta do Movimento Viva Gasômetro. Todas as vezes que eu passo pela Praça Júlio Mesquita, lembro da luta árdua e necessária que foi feita na Cidade para que aquela praça não virasse um estacionamento. E se hoje ela foi revitalizada, entregue à cidadania da nossa Cidade, certamente foi fundamental a luta da cidadania, do Viva Gasômetro, de uma

dezena de entidades ambientalistas, dos moradores do Centro Histórico e deste Parlamento, assim como o cumprimento daquilo que está previsto no nosso Plano Diretor e que é bastante importante para que a gente possa melhorar a nossa Cidade.

A Jacqueline nos traz outro debate, na Tribuna Popular, na tarde hoje, que é muito importante, que é o trabalho da Juliana Torquato de fazer um filme, o primeiro longa-metragem aqui do Brasil com relação a um dos grandes problemas mundiais, que é a questão da crise migratória e da violação de direitos de milhões de sírios que já vivem há cinco anos numa guerra civil. Foram mais de 400 mil mortos, mais de um milhão de refugiados. Nós temos uma questão humanitária, no Brasil, dos refugiados que vêm de outros países, como Haiti e Senegal, de defender que a humanidade não tenha fronteiras e, ao mesmo tempo, a defesa de que é necessário garantir o direito das populações. Na manhã de hoje, o Trump quer fazer outro decreto tirando as mães dos filhos dos imigrantes que entram nos Estados Unidos. A defesa do combate a essas posturas xenófobas que violam os direitos humanos é fundamental, e, ao mesmo tempo, é fundamental mostrar este lado humanitário que o documentário busca ao entrevistar refugiados aqui no nosso País.

Além de deixar o nosso apoio registrado, seria muito importante vermos medidas e iniciativas que possam ajudar a viabilizar este importante documentário. Parabéns, Jacqueline, pelo trabalho. Parabéns, Juliana, que nos acompanha. Contém conosco. Essa história precisa ser contada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ADELI SELL: Caríssimo Presidente; querida amiga Jacqueline, parabéns pelo Movimento Viva Gasômetro. Em nome da nossa bancada, da nossa Líder, Sofia, do Marcelo e do Oliboni, queremos cumprimentá-la mais uma vez e dizer da importância desta batalha que se tem travado ao longo dos anos, porque a recuperação da Praça Júlio Mesquita é uma conquista da cidadania. É impressionante como as pessoas têm ocupado aquele espaço, e é uma demonstração da falta de espaços públicos para o lazer e para os encontros. Ali é que a gente vê e vivencia a cada dia, especialmente nos finais de semana, nos finais de tarde, o número impressionante de pessoas de todas as idades convivendo em harmonia. Eu diria, inclusive, que precisamos discutir muito mais esses espaços públicos, já que, no Centro Histórico de Porto Alegre, mais de 35% dos habitantes são pessoas acima de 60 anos. Portanto, é preciso recuperar outros espaços, ganhar de volta, para o núcleo central de Porto Alegre, a Praça da Matriz, hoje completamente detonada e privatizada para outros fins, assim como foi uma grande batalha a reconquista, aos poucos, da Praça da Alfândega. Agora, eu espero que às quintas-feiras, na praça, um evento que vinha sendo feito no passado volte a ocorrer, assim como o projeto Viva o Centro a Pé, aos sábados de manhã, para que, inclusive, um dos roteiros seja do Centro até o Gasômetro, para que todos possam

viver e vivenciar a recuperação dessa praça. Portanto, vida longa ao Movimento Viva Gasômetro. Vamos ocupar os espaços públicos e voltar a ter espaços efetivamente da população.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Muito obrigada, Presidente, estamos aqui, pela bancada do PMDB, dizendo que todos os movimentos que querem melhorar a nossa Cidade, e aqui em especial o Viva Gasômetro, vêm ao encontro daquilo que a nossa Bancada quer, que são lugares melhores, mais aprazíveis, onde as pessoas possam reunir as suas famílias, trazer os seus amigos e apresentar uma cidade muito mais limpa, muito mais cultural, muito mais humanizada. É importante que tenhamos um Gasômetro, vários lugares aqui, no Centro da Cidade, revitalizados e sendo realmente cuidados pela população; que não venham manifestantes fazer estragos, porque não é isso que nós queremos. Queremos uma Porto Alegre mais limpa, mais humana e onde as pessoas possam trabalhar, viver e aproveitar o lazer. Conte com a Bancada do PMDB e Viva o Gasômetro! Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Sra. Jacqueline Sanchotene está com a palavra para as suas considerações finais.

A SRA. JACQUELINE SANCHOTENE: Agradeço a esta Casa mais uma vez – é a 19^a vez que ocupamos este espaço –, ao Ver Cassio Trogildo. Gostaríamos de ter uma reunião com V. Exa. e com o Líder do Governo, Ver. Cláudio Janta, para tratarmos da continuidade do parque e da regulamentação da Lei do Largo Cultural do Gasômetro. Muito obrigado a todas as bancadas que se manifestaram, Ver.^a Comandante Nádia, Ver. Adeli Sell, Ver.^a Fernanda Melchionna. A gente conta com o apoio de vocês e também quem puder, de alguma forma, contribuir para o projeto Salam, Síria, a gente agradece. Muito obrigada mesmo.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h32min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h33min): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo deste Vereador.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Exmo. Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; meus dignos colegas; senhoras e senhores que vêm novamente ao nosso Parlamento, especialmente professores municipais, que eu rogo e espero que tenham a postura condizente com a função sagrada que desempenham.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Eu não sei se ouviram aquilo que eu disse: eu gostaria que os professores tivessem a postura condizente com a função sagrada que têm. (Vaias.) Eu quero, em primeiro lugar, dizer que isso me choca por demais, porque eu venho de Bagé e estudei da 1ª a 7ª série na Escola Municipal de 1º e 2º Graus Silveira Martins, escola pública, a partir daí pude desenvolver todo o carinho e todo o apreço que continuo tendo por aqueles que de fato dignificam essa função tão importante e não se deixam, muitas vezes, levar por questões outras que não a sagrada tarefa de educar. Eu digo isso porque me lembro que, naquele período, nós chegávamos de manhã ao colégio e tínhamos que fazer formação, meus caros Vereadores, cantávamos o Hino Nacional, depois íamos para a sala de aula, recebíamos a melhor das educações. Graça a Deus, por força até da educação que meus pais me deram também, e digo isso sem querer sem arrogante nem pedante, mas por esforço, pude aprender três idiomas, que eu considero, que eu prezo; pude me formar advogado; pude fazer duas pós-graduações, e tudo isso eu devo a quem? Aos professores. E busco estudar permanentemente; e estou fazendo mais uma pós agora. E com quem eu estou lá? Com professores, exatamente por isso. Então, tenho essa preocupação e, por isso, pus hoje, nas minhas mídias sociais, a frase de Immanuel Kant que diz que o ser humano é aquilo que a educação faz dele – e isso é verdade! E nesses momentos, tenho me colocado frontalmente contra a liderança sindical do setor, porque sou autor – como, de fato, sou autor de outras questões –, com muito de orgulho, de um projeto que visa barrar algo que considero atentatório à boa educação que nós queremos fazer, que é a ocupação de nossos espaços sagrados das escolas por uma doutrinação ideológica, seja qual for, que não deve ser levada a cabo na educação. E vou mostrar, rapidamente, por que isso acontece, de onde isso vem e quais são os efeitos nefastos que pode ter na nossa educação.

Mas antes disso, queria, rapidamente, dizer que discordo frontalmente da forma como a mudança que está sendo proposta agora, no calendário dos professores, foi implementada. Quero dizer – disse isso ao Prefeito e tenho dito nas minhas mídias – que talvez a ATEMPA até não concordasse e, certamente, o Simpa, porque tem uma disputa político-ideológico com o Governo, certamente, também não concordasse, mas, mesmo que o Simpa e a ATEMPA não concordassem, não justifica que a mudança

tenha sido feita da forma como ela foi feita. Os professores, às vezes, estão fazendo pós-graduação, dão uma aula particular, buscam outras formas legítimas da complementação da sua renda, e têm uma grade e uma programação já feita por muito tempo. Quando se faz uma mudança dessas, sem o devido diálogo com a categoria e sem respeitar essa programação que as pessoas têm o direito de fazer, nós estamos adotando uma medida que é, no mínimo, impertinente. Eu acho que foi impertinente a mudança que o Secretário propôs. Eu faria diferente, mas não sou o Secretário, e conselho não tem valia, e se tivesse ninguém dava, todo mundo vendia. Eu teria esgotado a discussão com vocês até novembro deste ano. Lá em novembro, comunicava: olha, a partir do ano que vem vai ser assim. Professores podem se adequar, professores podem mudar sua agenda, de repente, trancar uma pós-graduação que estão fazendo, cancelar um outro contrato que tenham por um tempo, até se adaptarem, mas poderiam se adaptar. Agora não, fomos todos nós pegos de inopino, de surpresa, e isso de fato não é bom. Então, nesse aspecto, a minha solidariedade e o meu apoio (Palmas.)

Mas isso não afasta a outra posição que eu tenho, que é muito clara, e que a coloco de forma muito transparente e muito respeitosa, gostem ou não, porque acho que a educação é a base de qualquer nação. Vou pegar as duas Coreias, por exemplo, a Coreia do Norte e a Coreia do Sul, que viveram, há 40 anos, uma guerra fratricida entre irmãos, de um lado, disputando uma perspectiva comunista-socialista, da Coreia do Norte, que nós conhecemos, e de outro a Coreia do Sul, que hoje usamos Samsung e uma série de produtos e marcas que são frutos da educação daquele país – da educação! Qualquer país desenvolvido tem na educação a sua base. E na Coreia do Sul os professores são considerados os construtores da Nação, e é bom que seja assim. Mas penso comigo: quando os professores, com essa agenda, transformam os meninos, os jovens, as meninas, em, de fato, cidadãos do mundo, e para a construção do seu país, não meramente como um instrumento de doutrinação para contestação daquilo que imaginam ser um sistema de dominação, de um *establishment* ou de um *status quo*! E essa é que me parece ser o lado nocivo desta educação doutrinária que precisamos evitar, para que o mestre de fato se agarre naquilo que deve ser o seu mister, naquilo que é sua função, que é pegar uma criança, um educando, e entregar a ele todo esse alforje de conhecimentos que ele incorpore e que leve para a vida, com valores, com princípios. E se nós vivemos uma crise ética do nosso país, nós temos que compreender, e vocês como agentes de educação, que essa crise ética começa, infelizmente, na má educação que temos dado aos nossos filhos e às nossas gerações. Essa, talvez, seja a grande transformação. Eu quero apresentar um vídeo de cinco minutos para vocês.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, é muito evidente, é muito claro que, embora alguns não queiram compactuar com isso e não compactuem, há um processo liderado por partidos políticos e por sindicatos que fazem essa ocupação, essa doutrinação. Vou ler um texto de Marx, de 1846 (Lê.): “Apelar aos trabalhadores sem ter ideias estritamente científicas ou uma doutrina construtiva, especialmente na

Alemanha, equivale à vã e desonesta traquinagem de apregoar que pressupõe um profeta inspirando de um lado e, de outro, apenas asnos boquiabertos. (...) Pessoas sem uma doutrina construtiva não são capazes de fazer coisa alguma, e de fato nada realizam até agora exceto fazer barulho, instigar chamuscas perigosas e levar à ruína a causa que abraçaram.” A partir desse texto de 1846, há um processo que passa por Hegel, por todos os outros autores e que permeia também o patrono da educação brasileira, o professor Paulo Freire. Isso, quem não conhece, desconhece o próprio processo dialético...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: ...Então é isso que eu quero dizer quando estamos lutando, e vamos continuar lutando. Nós queremos valorizar a educação e não queremos que nos coloquem em oposição a mestres e a professores. Mas nós não queremos, não podemos e não vamos aceitar o processo de doutrinação, de ocupação das mentes dos nossos jovens que estão lá para serem educados e instruídos para um mundo muito melhor. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Cláudio Janta.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, professores e professoras, é muito bom termos a Casa cheia de pessoas que ajudam a pensar e a desenvolver a nossa Cidade, nosso Estado e o nosso País. Obrigado, Ver. Cláudio Janta, pelo espaço. Vou começar fazendo uma comunicação: nos reunimos agora ao meio-dia, o bloco de partidos formados pelo PMDB, PDT, PROS E PR, e decidimos que, a partir desta semana, vamos ir até as escolas. (Palmas.)

Como eu sou lá da Zona Norte, sugeri que a primeira escola fosse a Escola Municipal Liberato Salzano Vieira da Cunha, no Sarandi, vou conversar amanhã de manhã com os professores. Vamos fazer em toda a Cidade, vamos começar por lá e vamos até a Restinga. O bloco dos nossos Vereadores irá para conversar, ouvir, fazer um relatório do que ouvimos e entregar para o Secretário e para o Prefeito. Achamos muito interessante isso, porque não é um partido só, são quatro partidos, e vamos ouvir com isenção, trazer os argumentos, ouvir a comunidade do entorno, os pais dos alunos e fazer aquilo que o Vereador tem que fazer.

Eu moro, tenho empresa e faço votos na Zona Norte, mas é independente disso eu tenho que saber o que pensam lá, na Restinga, no Partenon e na Lomba do Pinheiro. Por isso, nós vamos fazer esse périplo. Vamos andar. Nós vamos até as

escolas, até a comunidade e vamos trazer os argumentos e um relatório para que a Cidade possa fazer parte disso.

Aqui, Ver.^a Sofia, nós temos muitos embates políticos, muitas vezes, e não são entre partidos de esquerda e partidos de direita. São pensamentos diferentes que os Vereadores têm. Eu não sei se existe ainda essa coisa de o Vereador ser de centro, de direita e de esquerda, eu acho que existem ideias. Ideias boas que podem ser aproveitadas em qualquer campo – eu não sei se é de direita ou se é de esquerda. Eu vejo e ouço o pessoal reclamar do Presidente da Rússia, que foi comunista, foi diretor da KGB até alguns anos atrás, sendo chamado de direita. Também se ouve que ele é amiguinho do Trump. Vai entender uma coisa dessas!?! Então, eu prefiro ficar ouvindo as pessoas e suas ideias, para que se possa aproveitar em benefício de todos nós.

Temos alguns projetos que vamos discutir hoje, alguns vetos do Sr. Prefeito. Eu gostaria de falar de um que é um substitutivo de minha autoria, cujo principal objetivo é transformar alguns locais, alguns espaços da nossa Cidade em áreas de interesse institucional. Uma delas é a Igreja Nossa Senhora do Trabalho, onde é feita a maior festa do trabalhador em Porto Alegre; é uma festa religiosa no dia 1º de Maio. Ver. Janta, V. Exa., como força sindical, participa e ajuda aquela festa grandiosa no Santuário Nossa Senhora do Trabalho. Estamos determinando que aquela paróquia seja uma área de interesse institucional da Cidade. Também transformar a Sociedade Libanesa numa área institucional, pelo que ela representa; da mesma forma o Clube Comercial Sarandi. Vocês podem me perguntar: “Mas o que representa o Clube Comercial Sarandi?” Ao redor, perto do clube, da Escola Liberato e da Igreja São José se tem praticamente uma cidade do interior dentro de Porto Alegre, e o Clube Comercial Sarandi recebe, todas as noites, centenas de jovens e de adultos que congregate, que têm no futebol de salão, na bocha, no esporte uma convivência. Por isso, o Clube Comercial Sarandi também faz parte desse projeto, assim como o Templo Maçom da Praia de Belas. Vejam bem o que diz o projeto: “Se alguma dessas entidades quiser construir um metro a mais do que é permitido pelo Plano Diretor, tem que comprar o índice”. É um projeto importante para muitas instituições, não é somente para a maçonaria, ela é uma delas; tem igreja católica, tem clube comercial, clube de convivência, enfim, são entidades as quais precisamos defender, assim como temos que proteger. Eu acho a as escolas não precisam. Cada escola é uma área institucional de muito respeito e todos temos obrigações que temos que deixar a parede pintada, cuidar da escola para que as crianças tenham vontade de ir à escola. Então, por isso não eu vejo que 15 minutos... Nós fizemos um projeto que não são os 20 centavos da merenda, então, não serão os 15 minutos que irão nos colocar em rota de colisão. Eu acho que o diálogo vai ser a melhor maneira. Se o diálogo demorar duas semanas ou um mês, não tem importância, mas é o diálogo que vai fazer com que a gente possa ter uma convivência boa, um reinício de aula tranquilo, um ano tranquilo, com os professores entusiasmados e os alunos também. Sem confronto, sem querer levar vantagem, eu acho que nós temos é que conversar bastante em todas as nossas discussões.

Eu dei o exemplo dum veto que nós estamos tratando aqui, e não é diferente. Para aprovar um projeto, tem que ter diálogo entre os Vereadores, tem que ter

conversa; muitas vezes, tem que ter audiência pública, tem que fazer a conversa. O Parlamento é para parlamentar, para conversar. Eu acho que em todos os setores, principalmente no da educação, nós precisamos discutir, discutir, discutir, e fazer. Nós temos certamente, entre os professores, muitos que pensam diferente de mim; outros pensam parecido, outros pensam quase igual. Vamos fazer uma média desses pensamentos de todos – dos professores, dos alunos, da comunidade escolar, da comunidade do entorno, enfim, da comunidade da nossa Cidade em todos os assuntos, e a educação é o principal. Segurança nós precisamos discutir, nós precisamos discutir o corte da grama da praça, a luz, nós precisamos discutir tudo. E, para sermos respeitados, eu acho que nós precisamos conversar, solicitar, pedir e exigir o direito de cada cidadão. Por isso os Vereadores estão aqui para ser, quem sabe, um elo, ou, quem sabe, para juntar as ideias na Cidade e fazer um relatório, como nós estamos pretendendo.

Estou muito otimista com que nós possamos fazer uma boa caminhada na Cidade. Muitos Vereadores daqui se ocupam da saúde, se ocupam da segurança, eu acho que nós temos que fazer isso. Quando um assunto é urgente, como é este caso, nós temos que, urgentemente, fazer a nossa parte. E nós vamos fazer a nossa parte.

Eu tenho ainda cinco minutos de tempo, mas eu vou abrir mão para que se possa avançar. Quero agradecer a atenção de todos os que estão nas galerias, a atenção dos nossos Vereadores, para que se possa começar a fazer a votação de uma pauta enorme, uma pauta cheia de discussão interessante que temos aqui, mas que certamente nós faremos com a obrigação que cada um de nós tem. Temos que discutir esse projeto que V. Exa. apresentou agora há pouco, temos que discutir tudo que interessa para as nossas crianças, tudo que interessa para a nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas, queria, nesta Liderança pela oposição, em nome do PSOL e do PT, primeiro, cumprimentar o conjunto dos trabalhadores. Hoje nós temos muitos professores e professoras, mas também muitos trabalhadores da saúde e de outras áreas da Prefeitura de Porto Alegre, em função do nosso veto, que é o segundo projeto da tarde de hoje. Quero agradecer a mobilização enorme que a categoria fez, em menos de cinco dias, para poder estar em peso aqui na tarde de hoje, de forma unânime, para que no Estatuto do Funcionário tenha uma cláusula clara proibindo o parcelamento dos salários. (Palmas.)

Quero cumprimentar a direção do Simpa, na pessoa do Jonas e toda diretoria; da ATEMPA, com a Luciane; da Associação dos Trabalhadores do HPS, o Everaldo; e, certamente, os representantes do Cores. E, ao mesmo tempo em que queria

cumprimentar a decisão do bloco Todos por Porto Alegre – quatro partidos que não são da oposição – em fazer a vistoria nas escolas municipais, conversar com a comunidade escolar. Queria dizer da importância do posicionamento do Parlamento quando da convocação do Secretário, que foi de forma quase unânime, com todas as diferenças que temos, a exigência do Parlamento no sentido da revogação do decreto e da abertura democrática do diálogo sobre a organização e funcionamento da rede. Ao mesmo tempo em que cumprimento os Vereadores, a ampla maioria, quero lamentar aqui, com vocês, a posição do Secretário, trabalhadoras da FASC. Nós tivemos, na manhã de hoje, uma entrevista na Rádio Gaúcha, do Secretário Adriano, eu ouvi atentamente, e ele, na verdade, teve uma postura extremamente intransigente, mais do que isso, quero lembrar que quando ele esteve aqui na tribuna, no encerramento da sua fala, respondendo aos Parlamentares, ele disse claramente que havia revogado o decreto, mas que estava aberto para negociação com o Simpa, que estava aberto para negociação com a ATEMPA e que não ia impor nada na rede municipal. Infelizmente, o Secretário mentiu à categoria e mentiu ao conjunto dos Vereadores, porque hoje, na Rádio Gaúcha, ele estava falando que vai obrigar a acabar com a compensação e, ao mesmo tempo, a questão da refeição segue aberta. São 400 crianças no refeitório, assim como na hora de atividades, nas quintas-feiras, às 10h, na hora de planejamento da escola, o mesmo problema se impõe ao conjunto das escolas, Ver. Prof. Alex, meu colega, professor da rede municipal. Então, eu faço esse registro porque é preciso, sim, que o Parlamento se posicione e não só faça discursos, como falou o meu colega Roberto Robaina, na última Sessão, de apoio aos professores, mas, mais do que isso, atue sistematicamente a favor dos professores, exigindo democracia de verdade, exigindo negociação com a ATEMPA, com o Simpa, e junto com as direções, o conselho escolar, na terça-feira, para que a decisão das assembleias sejam apresentadas ao Secretário e que ele respeite aquilo que a gestão democrática votou em cada uma das escolas do Município de Porto Alegre. Mais que isso: que cumpra o que disse aqui, desta tribuna, que não perseguiria e que não haveria imposição dessas diretrizes ao conjunto da rede municipal, ao contrário, Ver. Cláudio Janta, Líder do Governo, sexta-feira houve uma assembleia com 2 mil professores na Igreja da Pompeia, que saiu em caminhada até o Paço Municipal, e o Prefeito Marchezan e o Vice-Prefeito se recusaram, naquele momento, a receber a categoria. Esse é o Governo da transparência? Esse é o Governo da democracia? Nós achamos que é lamentável o que está acontecendo no Município. Sexta-feira, um outro decreto foi feito acabando com a compensação nos setores; os colegas da Guarda perdendo as horas extras; os colegas da Saúde; os colegas do DMLU, que fiscalizam a terceirização dos serviços, onde, lamentavelmente, muitas vezes, na falta de fiscalização, se dá o processo de corrupção, tiveram o banco de horas e as horas extras cortados. E o Governo, mais uma vez, de forma autoritária, publicou um decreto no Diário Oficial acabando com a compensação, fazendo, na verdade, aquilo que ele elegeu como inimigo do seu Governo, que são os trabalhadores do Município de Porto Alegre. Lamentável é o Governo que acha que os trabalhadores são os seus inimigos. Lamentável é o Governo que acha que para governar precisa derrotar os trabalhadores...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: ...porque não governará, porque os governos passam, os servidores ficam. “Eles passarão, eu passarinho”, diria o Mário Quintana. E se ele escolheu os trabalhadores como seus inimigos, vai ter problema, porque nós temos uma crise no Município. É preciso melhorar a arrecadação, taxando os de cima, cobrando do Governo do Estado o dinheiro que deve para o Município, cobrando o Governo Federal para que mande mais recurso para a saúde e a educação. Mas atacando os servidores não conseguirá sequer melhorar o serviço público, porque só piora, evidentemente, e, ao mesmo tempo, terá um conjunto de lutas da categoria.

Eu quero concluir dizendo a vocês que também existe uma forma de os Parlamentares mostrarem que estão do lado da categoria, que é votando pela derrubada do veto no segundo projeto, mantendo a independência deste Parlamento. Nós podemos, Ver. José Feitas, mostrar para o Governo que nós estamos do lado dos...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Boa tarde a todos e a todas, boa tarde aos colegas municipais e municipais; hoje é início do ano letivo de 2017, primeiro dia de aula. Que tristeza a cidade da democracia participativa, a cidade dos grandes seminários internacionais e nacionais, dos grandes debates curriculares, a cidade que era visitada por educadores do Brasil, do Estado, de países de fora daqui, porque estava experimentando, porque era vanguarda na ruptura de uma escola tradicional falida que não dava conta dos novos tempos, não dava conta da aprendizagem, começar o ano letivo desrespeitada, oprimida, perseguida por um novo Governo eleito na Capital. Saúdo o Ver. Cecchim, o PMDB, o PDT e o PROS, PR, que vão visitar as escolas. Hoje pela manhã estivemos, com um grupo de cinco Parlamentares – dois Deputados Federais, Elvino e Maria do Rosário; o Ver. Marcelo e esta Vereadora, bem como o Deputado Jeferson Fernandes, Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa –, visitando escolas. As escolas estão insistindo em convidar o Secretário Adriano e o Prefeito de Porto Alegre para que as visite, porque o primeiro impacto – digo a vocês que sou da rede de ensino – é o da beleza, do carinho, do cuidado que é o espaço físico da nossa escola municipal, com todas as dificuldades, com os recursos da educação sendo reduzidos nominalmente – como o Secretário que veio aqui na CEFOR mostrou, e o Ver. Cecchim viu –, como a Escola de Educação Infantil Bougainville, com flores, com gramado, jardins, quadras, com um acolhimento

maravilhoso. O segundo impacto é vermos escolas – estivemos no Colégio Guerreiro, na Escola Nossa Senhora do Carmo e no Colégio Estadual Engenheiro Ildo Meneghetti – assaltadas não sei quantas vezes. Outro grande impacto: aquela multidão de crianças e adolescentes. Eram 600 crianças e adolescentes, a partir dos cinco aninhos aos 17,18 anos, juntos num turno em cada escola, chegando hoje. Claro, os pais estavam juntos, no início do período, mas é uma quantidade que sem aqueles professores, sem a equipe diretiva, sem os funcionários estarem ali organizando, encaminhando, acompanhando, imaginem o caos! E as escolas, hoje, sabiamente desobedeceram a orientação do Prefeito: receberam as crianças às 7h30min porque seria impossível. É isso que estamos dizendo, que a ATEMPA e o Simpa estão dizendo, que as direções das escolas disseram ao Adriano e que vão dizer ao Ministério Público. Hoje nós fomos também em uma comissão ao Tribunal de Contas dizendo, e queremos ser ouvidos. É inviável uma escola, inviável que os alunos, sozinhos, autonomamente, cuidados com um pingão de funcionários, porque inclusive na sexta-feira foram retirados funcionários da cozinha e limpeza, no mínimo, um por escola da contratação terceirizada. Então, nós estamos reduzindo o quadro de pessoal: as escolas não têm porteiro, não têm guarda municipal durante o dia, ficando a cargo da equipe diretiva e dos professores. E entre esses 400, 600 alunos por turno, nós temos muitas crianças com deficiências: cadeirantes, síndrome de Down, crianças maravilhosas, crianças aprendendo na escola. (Palmas.) Nós temos sala de integração e recurso, temos projetos no outro turno, aliás, vários ainda não estão confirmados para este início de ano, é uma vida intensa. E hoje, durante o tempo que fiquei numa escola, observei: era uma criança com dor de estômago; era outra com dor de dente, tendo que ser levada para casa; era um bando do tráfico que passava em frente à escola. E tu tens que ter o controle do portão, porque não é todo pai que pode pegar, há limites, regras, problemas, insegurança, etc. Essa é a vida de uma escola. E os professores e os funcionários constroem momentos pedagógicos maravilhosos em lugares de muita miséria, como é no entorno da 5ª Unidade da Restinga. Muitos aqui conhecem e sabem como há miséria lá, pois há falta de serviço público, sujeira, violência, naquele lugar que é um lugar de vida, de cidadania, de conhecimento, de trabalho sério, de compromisso de todos, com cada criança, com cada adolescente, com cada família.

Portanto, todos os conselhos escolares, desde sexta-feira, estão se reunindo. Todas as escolas estão fazendo grandes assembleias com os pais, os alunos e os funcionários. E o nosso apelo: respeite a gestão democrática, Secretário Adriano; respeite a educação, Prefeito Marchezan; respeite os funcionários, que foram recebidos com uma restrição draconiana do ponto. E aí esta Câmara tem um papel muito importante e temos certeza que vamos cumprir, hoje contra o veto, e na semana exigindo diálogo. Boa luta! (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO CONCEIÇÃO: Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, todos que estão presentes neste plenário e aqueles que nos assistem pela TVCâmara; a pergunta que eu quero fazer é se, no Brasil, existe pena de morte. E muitos dirão que não, mas eu vou dizer que sim. Sexta-feira, na Zona Norte, especificamente na Rua Joaquim Silveira, um jovem de 29 anos, estudante de doutorado, Masahiro Hatori, foi assassinado por um jovem na tentativa de roubar sua mochila onde carregava seu computador, seus livros e todo o seu processo de doutorado, que se negou entregar. E por ter se negado a entregar, esse assaltante, de quem já temos o retrato falado, segundo o Delegado de Homicídios... Por que não deu um tiro para assustar, na perna, ou na bunda? Não, ele deu um tiro na cabeça. Para isso deveria ser a pena de morte! É a sexta vítima de homicídio, em Porto Alegre, de pessoas de bem, pessoas que produzem, que trabalham. Então, nós precisamos também ter essa mobilização como a que hoje temos aqui no plenário, dos funcionários públicos, para que uma voz se levante, não somente uma voz na tribuna, mas para que realmente reivindicemos, no Tribunal de Justiça, mudanças radicais com relação às penas, que hoje são muito brandas. A mão, o braço forte da Justiça não consegue alcançar com rapidez esses delinquentes que estão aí. Eles estão matando de qualquer jeito, a qualquer hora. Então, fica a minha palavra para que a gente realmente se mobilize, para que a gente faça também esse barulho que hoje estamos fazendo aqui, que é uma reivindicação justa pelo salário, mas mais do que o salário, a vida é o bem maior que nós temos. E hoje a violência em Porto Alegre é assustadora, a violência hoje em Porto Alegre está roubando a nossa paz, ela está realmente nos conduzindo a um tempo de temor, de insegurança, de medo, em que as pessoas não saem mais com liberdade. O que aconteceu com esse jovem estudante pode acontecer comigo, com cada um dos senhores que está aqui, pode acontecer com os nossos filhos, porque hoje os assaltantes não estão somente querendo tirar os nossos bens, eles já vêm com sangue nos olhos para realmente lesar o nosso bem maior que é a vida. Então fica o meu clamor nesta tarde, para que a gente, como sociedade, possa se levantar num clamor para que haja uma mudança radical nas leis, para que, realmente, possamos ter um futuro melhor, para mim, para nossos filhos e netos. Muito obrigado, que Deus os abençoe.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cláudio Conceição traz um assunto que mobiliza a todos, independentemente de posição política. Neste momento, quero pedir um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Masahiro Hatori; também pelo falecimento do Sr. José Mauro Peixoto, arquiteto Maurinho, como era conhecido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Vereadores e Vereadoras, colegas da Câmara Municipal, público que nos assiste pela TVCâmara, funcionalismo público, professores presentes, lotando mais uma vez as galerias, onde estiveram conosco na última quinta-feira, quando explicamos o porquê de retirar a discussão do projeto naquele dia e transferi-la para hoje.

Antes de falar da questão específica, em que, obviamente, meu posicionamento será favorável aos professores, e não teria como não ser, quero falar da importância de vocês como professores num tema tão delicado e tão importante para a consciência das futuras gerações, que é o tema da causa animal, que é o tema ao qual me dedico dias, noites, madrugadas. Às vezes, não está nos nossos olhos, professores. E quero dizer que fiz o curso de História e na minha família há muitos professores. Também não quero aqui fazer um corporativismo, até porque uma das coisas que eu defendia hoje, na hora do almoço, em uma reunião de um bloco político que tem aqui dentro, era justamente que não se tratasse a categoria dos professores como uma categoria inimiga, ideologizada. É uma categoria consciente, uma categoria que, obviamente, tem acesso à informação. É uma categoria que estuda, que se aprofunda e que, naturalmente, só por isso mesmo, é muito politizada, é acima da média. Nós sabemos que a política, hoje, não representa, na verdade, os nossos anseios. Eu não tenho dúvida nenhuma disso. Mas a política é um termômetro da sociedade e nós sabemos bem disso, os parlamentares, os políticos eleitos, o são justamente pelo nível de consciência da população. Se há gente corrupta, que rouba – e todo mundo sabe que há -, que faz grandes esquemas, há os que se vendem. Não querendo falar de uma forma arrogante, nem pretensiosa, mas por ter sido ativista do movimento estudantil, vejo vários funcionários aqui, o Ezequiel, vários parceiros, de paletear pedra, eu dormi na frente do Palácio Piratini, há dez anos, quase dois meses, dentro de uma barraca, para defender consciência política, e que os professores, naquela época, fossem recebidos pelo Governador! E quando invadimos o gabinete do Presidente da Assembleia, para que os professores fossem recebidos, além dos caras me tirarem no mata-leão junto com vários professores e senhoras, disseram que o Governador tinha convidado. Então, já é tradicional, para nós, ter que fazer pressão para garantir as coisas. E eu quero dizer para vocês que é fundamental isso, gente, fundamental que tenhamos consciência. Por que dessa pressão? Por que é fundamental essa pressão? Primeiro, eu quero conseguir o panfleto do atual Prefeito para trazer aqui para ver onde é que ele colocou o que estaria fazendo, no panfleto de campanha, ou teria falado na televisão em algum momento. Isso eu quero conseguir, até estou atrás, se alguém tiver, ou alguém votou nele, porque tem gente que pode ter votado no atual Prefeito. O meu tema, por exemplo, foi absolutamente arrebatado e em nenhum momento foi discutido isso. Mas eu quero falar da importância, gente, da pressão, porque, infelizmente, nós representamos – e aí eu falo com uma lamentação profunda – talvez 1% da população que reflita política, ou talvez nem isso, Ezequiel. Infelizmente, vivemos num período – e não é por mal – em que as pessoas não têm tempo, são trabalhadores que não têm tempo nem para viver, são pessoas que chegam em casa e que absorvem a política do período eleitoral, os 30 a 40 segundos de quem faz uma propaganda mais bonita, com um *marketing* mais bonito,

com mais dinheiro ou uma boa produtora de tevê. Só que, infelizmente, isso tem consequências diretamente na vida da população. Então, quando eu peço sensibilidade para se discutir, por exemplo, a questão dos animais dentro do colégio... Eu fiz aqui um projeto, por exemplo, para ter uma disciplina extracurricular dentro dos colégios sobre consciência animal, é porque eu sei que é mais fácil um tema tão sensível chegar aos jovens por um professor do que pela política. Lamentavelmente, é mais fácil, gente, se fazer política do lado de lá da cerca do que do lado de cá, porque é na pressão que a coisa acontece. Infelizmente, os períodos eleitorais não representam a população, infelizmente essa nossa democracia é uma democracia frágil, e o papel do professor é fundamental para termos no futuro 300 mil, 500 mil, um milhão de pessoas mais conscientes do seu papel e da sua importância. Eu não tenho dúvida nenhuma de que é um absurdo vocês estarem aqui hoje tendo que lutar para não haver parcelamento, eu não tenho dúvida nenhuma de que é um absurdo completo vocês virem aqui pedir democracia um mês depois da eleição! Não tem justificativa nenhuma! Eu quero...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, colegas Vereadoras e Vereadores, eu venho aqui reforçar o que já foi dito pelo Ver. Cecchim da decisão que o nosso bloco hoje formado por Vereadores que têm a posição de independência aqui na Casa – PMDB, PDT, PROS e PR – de promover uma série de visitas à rede municipal de ensino na Cidade. É importante ouvirmos as comunidades escolares, os estudantes, os pais e os professores, porque talvez nós vamos oportunizar um diálogo que até agora o Poder Executivo não oportunizou. Cabe aos Vereadores fazerem a mediação nesse processo junto à sociedade. E eu tenho certeza de que as contribuições que nós vamos recolher nas reuniões que vamos promover em diferentes escolas, sem dúvida alguma, servirão como subsídios, tanto para o Sr. Prefeito como para o Secretário Municipal de Educação, e, obviamente, vamos compartilhar, aqui na Casa, com a liderança do Governo, Ver. Janta, porque nem todos os pais, professores, servidores na área da Educação, no Município, e até mesmo os estudantes têm condições de estar aqui hoje ou também não tiveram condições de participar das sessões plenárias da semana passada, pois o espaço físico é limitado. E nós vamos oportunizar, com as visitas do nosso bloco, que outros canais de expressão da educação municipal também coloquem as suas impressões e as suas posições em relação a isso. É preciso, acima de tudo, que a gestão democrática da rede pública de ensino municipal seja respeitada. Da mesma forma que os servidores da educação votam, para escolher os seus diretores, eles também têm que

opinar sobre a sua rotina de trabalho. E é nessa perspectiva que as nossas visitas vão, sem dúvida alguma, trazer contribuições importantes nesse sentido. Nós não podemos reduzir o debate da educação no Município a um período de 15 minutos a mais ou a menos na rotina das escolas. Nós também não podemos reduzir a discussão sobre a educação no Município, se compensa ou não, se isso traz ou não prejuízo para o planejamento pedagógico. Existem muitas outras ferramentas que, até então, não foram enfrentadas, muito embora o Governo eleito tenha enfatizado a Educação como prioridade absoluta no processo eleitoral. E nós temos que cobrar a coerência das ações do Governo com as prioridades que foram estabelecidas durante o processo eleitoral que encerrou em outubro do ano passado.

Quero compartilhar dois temas também, para encerrar, de interesse público que têm mexido com o dia a dia da Cidade. Protocolei aqui dois Pedidos de Informação, na semana passada, um deles endereçado ao Departamento Municipal de Água e Esgoto, que, aliás, eu ainda não sei quem é o diretor que responde por esse órgão. Por que se alterou e não se tem solução clara e respostas técnicas convincentes à qualidade da água que está com mau cheiro e também com o paladar alterado nos últimos dias? Encaminhamos esse Pedido de Informações e esperamos que, o mais breve possível, seja respondido pelo DMAE e antecipamos um fator que ambientalmente influencia muito a qualidade da água em Porto Alegre. Como está hoje a qualidade da água, a fiscalização, por parte do DMAE, da rede de esgoto cloacal? E do que ainda não tem rede regular de esgoto e despeja tudo o que deveria ir para o cloacal na rede pluvial, poluindo ainda mais o Guaíba? Isso nós queremos saber, e o DMAE terá que nos responder.

Um outro pedido foi endereçado à Secretaria Municipal de Segurança, para que a Guarda Municipal se manifeste. No domingo de carnaval, havia 50 pessoas, à noite, aguardando atendimento no pronto atendimento da Bom Jesus. Tiroteio, duas balas perdidas; 50 pessoas com risco de vida, fora os servidores do Município que lá estavam. Há três semanas, no Postão da Cruzeiro, também, muitos cidadãos em atendimento, servidores municipais lá trabalhando; tiroteio, insegurança permanente.

Na sexta-feira, visitei o pronto atendimento da Bom Jesus, e os servidores, mesmo ao arrepio do acordo que haviam feito com a Guarda, continuaram trabalhando, mesmo que lá não tivesse nenhum guarda e nenhuma viatura.

Nós queremos saber da Guarda Municipal qual é a escala de efetivo e viaturas da Guarda para os postos de saúde em Porto Alegre. São 141 unidades de saúde. Nós temos os pronto atendimentos, não só da Bom Jesus, mas na Lomba do Pinheiro e, também, na Cruzeiro, que trabalham 24 horas. É muita coisa sim, responsabilidade da Brigada, mas colocar viatura ou guarda nesses locais não é apenas uma obrigação da Prefeitura: é atribuição da Guarda, prevista em lei. Então, também aguardamos resposta a esse Pedido de Informações. Falei aqui em dois temas que foram prioridade absoluta, corolário de um discurso de mudanças de quem foi eleito: segurança e educação. Queremos ver as promessas agora materializadas em benefício do cidadão. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores; colegas municipais; Vereadores e Vereadoras; eu gostaria de abrir a minha fala com duas citações. A primeira delas: “Ninguém nega o valor da educação e que um bom professor é imprescindível, mas ainda que desejem bons professores para os seus filhos, poucos pais desejam que seus filhos sejam professores. Isso nos mostra o reconhecimento que o trabalho de educar é duro, difícil e necessário, mas que permitimos que esses profissionais continuem sendo desvalorizados. Apesar de mal remunerados, com baixo prestígio social e responsabilizados pelo fracasso da educação, grande parte resiste e continua apaixonada pelo seu trabalho. Repensemos nossos papéis e nossas atitudes, pois com elas demonstramos o compromisso com a educação que queremos. Aos professores, fica o convite para que não descuidem de sua missão de educar, nem desanimem diante dos desafios, nem deixem de educar as pessoas para serem ‘águias’ e não apenas ‘galinhas’. Pois, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda.” Paulo Freire. (Palmas.) Muitas pessoas atacam esse pensador sem, muitas vezes, terem conhecimento de causa, e desconsideram o trabalho de uma vida do maior educador brasileiro e, quiçá, do mundo. (Palmas.)

A segunda citação não é de um educador tão conhecido. Peço que todos prestem bastante atenção (Lê.): “O tipo de interação que é preciso haver entre pessoas para que a educação dê os seus melhores resultados demanda muito do professor. Ele facilita os meios de aprendizagem, serve de exemplo e acomoda os afetos que se desarranjam ou amadurecem no processo. Ele tem de ser, portanto, o centro gravitacional da educação e da escola. Não tem sido. E nenhuma mudança no ensino vai chegar aos alunos se não puder ser entregue por um professor. Por isso, nenhuma reforma dará conta da tarefa de melhorar a educação sem melhorar a formação e a carreira dos professores. A lição é velha, mas parece estar nos faltando professor para que a aprendamos de vez.” Adriano Naves de Brito, em 14 de outubro de 2016.

Em menos de três meses, esse cidadão, que apresentava uma preocupação bastante grande, bastante pronunciada, assume o cargo de Secretário de Educação no Município de Porto Alegre e abre uma guerra direta contra aquele que, por suas palavras, considerava peça-chave do processo educacional e das transformações que a nossa sociedade precisa. O que é uma pessoa? O que é um indivíduo? O que é um ser senão alguém com postura, com identidade e que defende com argumentação e convicção o que pensa? Um indivíduo que, em outubro, escreve essas palavras e agora demonstra uma total e completa falta de capacidade de dialogar com colegas, professores? (Palmas.) Este é o Secretário de Educação que o Município tem, alguém autoritário, intransigente e que não quer construir, quer impor goela abaixo a sua visão e dados deturpados sobre o serviço que é oferecido na Rede Municipal de Educação. (Palmas.) O grande publicitário responsável pela imagem do regime nazista já dizia: uma mentira dita mil vezes torna-se uma verdade. E é isso que o Secretário quer. Ele vai aos veículos de comunicação e repete as suas mentiras descaradas vez após vez.

(Palmas.) Não tem limite! Hoje de manhã, eu ouvi a propaganda institucional mentirosa criada com o dinheiro dos recursos públicos no rádio...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. PROF. ALEX FRAGA: ...Mais uma vez ele comete o descaramento de afirmar que os alunos entram nas nossas escolas às 7h30min para fazer as suas refeições e somente depois desse horário vão para as salas de aula. Mentira! Nossos alunos entram às 7h. (Palmas.) Os refeitórios para os maiores fecham às 7h30min. Obviamente, se o aluno chega atrasado, desloca-se, pega a merenda e vai para a sala de aula, mas o nosso trabalho como professores começa às 7h30min. Nós teremos redução – redução! – do serviço ofertado às nossas crianças do Município com as mudanças propostas pela Secretaria Municipal de Educação. E isso nós não aceitamos! Que o serviço público continue sendo prestado da melhor forma possível, e que os colegas professores sejam tratados com dignidade! Um grande abraço a todos e continuamos na luta. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, cidadãos que estão nas nossas galerias. Hoje, pela manhã, eu estava dando aula e estava dizendo, eu que dou aula numa instituição privada, que, ainda que eles paguem uma mensalidade, conhecimento não é mercadoria. E não há preço que pague o que o professor transmite numa sala de aula. Professor não é remunerado por transmitir o seu conhecimento, o professor é remunerado pelo tempo que ele dedica à atividade do ensino. É essa relação pecuniária, financeira do trabalho do professor com seus vencimentos. Então professor precisa de tempo, não só para estar na sala de aula, mas também para preparar suas aulas, preparar as atividades. E o Ver. Cláudio Janta, que tem, com muito brilhantismo, conduzido a base do Governo, precisa fazer chegar ao Governo o nosso apelo para que o Secretário da Educação aprenda a dialogar, porque os tempos do caudilhismo, do autoritarismo, da violência moral e política, a gente não quer viver mais. A política é a arte do diálogo, e a democracia é a arte da conversa. Num ambiente democrático, a gente conversa e escuta todas as forças que têm interesse nas causas que vamos discutir. Então, quero aproveitar, Presidente, para me manifestar, ainda que eu não esteja no encaminhamento do voto, que nós vamos votar pela derrubada do veto do Prefeito no que diz respeito ao parcelamento dos salários. (Palmas.) Por muitos motivos, e vou enumerar o primeiro: não escondo para ninguém a minha formação cristã, e dentro dessa cultura judaico-cristã, Ver. Valter, colegas

Vereadores, dentro desta tradição judaico-cristão, desta ética que consolidou o Ocidente, aprendi lá no catecismo, Ver. Oliboni, que reter o salário de um trabalhador é um pecado que clama aos céus. Aprendi lá, dentro dessa ética cristã, que é a ética da misericórdia, aprendemos, no ano passado, que foi o ano da misericórdia, que os católicos meditavam sobre a misericórdia, Deus é misericordioso, é bondoso, mas tem quatro pecados que ele intervém e castiga, e um deles, que está lá na tradição no Antigo Testamento, um deles é reter o salário de um empregado, de um trabalhador, porque reter o salário de um trabalhador é reter a sua vida. Reter o salário de um trabalhador é reter a sua existência, o fluxo de sua vida e de sua existência. O Prefeito fez uma campanha messiânica de que queria resolver todos os problemas de Porto Alegre. Nós estamos esperando. Mas se ele vai resolver, não é penalizando o funcionalismo; se ele vai resolver, não é parcelando salários; se ele vai resolver, não é massacrando nossos professores e nossos funcionários, tirando o pão da mesa de nossos filhos. Não é assim que vai se resolver o problema do Município. Então estou antecipando, em nome do meu Partido, da Bancada do PROS, que eu represento, o nosso voto, e faço um apelo à consciência de cada Vereador. Todos, acredito, são pais de família, todos precisam de seus salários, no final do mês, para pagar escola privada, para manter as nossas casas...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. PROFESSOR WAMBERT: ...que nós tenhamos o mínimo de empatia com os municipais, que estão trabalhando todo o dia, que não parcelam o seu trabalho! Mas que estão em via de ter o seu salário, aquilo que é sagrado, que é a sua própria vida, parcelado. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h47min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

A Ver.^a Fernanda Melchionna solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia 07 de março de 2017. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO NOMINAL

PROC. Nº 0586/15 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 007/15, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que cria e declara como Área Especial de Interesse Institucional a Subunidade 14 da Unidade de

Estruturação Urbana – UEU – 52 da Macrozona – MZ – 01, constituída pelo terreno localizado na Avenida Praia de Belas, 560, ocupado pela Grande Loja do Rio Grande do Sul, define-lhe regime urbanístico e subtrai essa área da Subunidade 12 da UEU 52 da MZ 01.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Rodrigo Maroni: pela rejeição do Veto Total;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Mauro Zacher: pela rejeição do Veto Total;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Marcelo Sgarbossa: pela manutenção do Veto Total.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- Trigésimo dia: 02-03-17 (quinta-feira);
- Votação Nula por falta de quórum em 02-03-17.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal o PLCL nº 007/15, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 12 votos **SIM**, 17 votos **NÃO** e 03 **ABSTENÇÕES**. Mantido o Veto Total.

Quero registrar que na Ordem do Dia não teremos o minuto adicional na discussão e nos encaminhamentos.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0779/16 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 019/16, de autoria da Verª Fernanda Melchionna e do Ver. Alex Fraga, que inclui art. 109-A na Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, dispendo sobre parcelamento das despesas com pessoal ativo e com pessoal inativo dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta do Executivo Municipal.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela manutenção do Veto Total.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- Trigesimo dia: 02-03-17 (quinta-feira).

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLCL nº 019/16, com Veto Total. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCL nº 019/16, com Veto Total.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Nós entramos na discussão do nosso Projeto, lamentavelmente vetado pelo Governo Marchezan. Esta Câmara, em dezembro do ano passado, em uma combinação de luta dos servidores pelo recebimento do 13º salário, da luta em relação ao IPTU, esta Câmara aprovou por ampla maioria um projeto de lei colocando no Estatuto do Funcionalismo Público a proibição do parcelamento dos salários. Mais: colocou que os salários, salvo as obrigações constitucionais, que são muito importantes, saúde, educação, assistência social, salvo todos esses investimentos nas áreas essenciais, os salários são prioridade comparados com outras despesas. Lamentavelmente, fizemos um projeto para dizer o óbvio. Mas o óbvio precisa ser dito em tempos de ameaças sistemáticas de parcelamento de salários; em tempos em que os servidores trabalham com a faca no pescoço diante das entrevistas que tratam de fazer uma terra arrasada para justificar o ataque ao direito da categoria; em tempos em que o trabalho não é parcelado. Os colegas da polícia civil seguem trabalhando, os colegas da rede estadual seguem trabalhando e, ao mesmo tempo, já virou uma rotina o parcelamento dos salários.

Nós, a pedido dos trabalhadores, fizemos um projeto de lei colocando no Estatuto do Funcionalismo Público, que ficasse obrigado a não parcelar os salários. Bom, a Câmara aprovou por ampla maioria. Nós tivemos o Veto do Prefeito Municipal, com relação ao nosso projeto. O Veto, com o mesmo argumento que eles dizem sempre: que é inconstitucional. Qualquer projeto que eles discordem, o argumento levantado é a constitucionalidade ou inconstitucionalidade do projeto. Então, fechem o parlamento, se o parlamento municipal não pode dizer que o salário dos funcionários é sagrado! O que nós estamos fazendo aqui? Se não é legislar a favor do direito dos trabalhadores, prezado Prof. Alex Fraga, meu colega e autor da lei junto comigo! Mais do que isso. Nós vivemos a experiência da licença-paternidade. Vocês sabem que no Município a licença-paternidade foi ampliada para 20 dias, não só para dar direito aos homens da categoria, mas para fortalecer uma concepção de que o trabalho e cuidado dos filhos também são dos homens, nós ampliamos de dez para 20 dias, num projeto de lei de minha autoria e de autoria do Ver. Alex Fraga, e não teve inconstitucionalidade, porque

a Câmara derrubou o Veto, e os municipais já podem usar 20 dias de licença-paternidade. O debate é o mesmo! O debate é, justamente, o mesmo, com relação aos direitos, ao Estatuto do Funcionalismo e mais do que isso: à independência do Parlamento. Nós não podemos aceitar uma lógica de que todas as nossas iniciativas, sejam da oposição, sejam de vereadores da situação, nós tivemos, recentemente, vários projetos vetados com o mesmo argumento, como forma de coibir e não garantir as iniciativas que melhoram a vida do povo. E nesse caso, não só melhoram a vida do povo, como não tem impacto financeiro nenhum, a nossa lei. O que nós dissemos é que entre comprar espaços bilionários de publicidade e pagar salário, tem que pagar salário! Que entre fazer obras que não levam a nada e a lugar nenhum, ou pagar salário, tem que pagar salário! Que entre pagar privilégios, diárias e altas verbas de gasolina e salário dos servidores, o salário é prioridade. É só isso o que diz a nossa lei! E nós não vamos aceitar um discurso que é falso! De que ele é inconstitucional. Primeiro, que o projeto é constitucional. Segundo, que já houve dezenas de leis na Câmara de Vereadores com o mesmo teor que foram aprovadas, ou o Veto derrubado, ou resolvido e transformado em lei publicada no Diário Oficial. Terceiro, que na história não tem “em cima do muro.” Ou se está defendendo direito dos trabalhadores ou se está contra que se garantam os direitos dos trabalhadores de forma consagrada no Estatuto do Funcionalismo. Eu estou muito contente, Vereador, com vários apoios que nós estamos recebendo de Vereadores do bloco independente, de Vereadores do Todos por Porto Alegre. Nós temos a convicção de que este Parlamento pode estar de pé, derrubando o veto.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCL nº 019/16, com Veto Total.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sabe o que eu observo, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a dificuldade da nossa função. Quando se está em campanha política, caminhando pela Cidade, entra num bar, por exemplo, tem um grupo de pessoas bebendo e algum diz: “Paga uma cerveja para nós, oh doutor”. E você diz: “Meu amigo, o teu voto vale mais do que uma cerveja”. O cara fala: “Não, mas eu não quero saber. O senhor vai pagar a cerveja ou não tem conversa”. E a gente segue em frente, porque estamos pregando. O que a gente está tentando é criar consciência. Outra vez – eu vou explicar a vocês porque estou dizendo isso – eu caminhava pela Vila Areia, Vila Tio Zeca e a Mário Quintana às margens da *freeway*, para quem sai de Porto Alegre; uma das situações mais trágicas que a gente pode imaginar, porque aquelas pessoas vivem ali abaixo da cota do rio, então, quando chove alaga tudo; vivem no meio de animais; uma situação infelizmente das vilas brasileiras, da miséria de um modo geral. Um dia eu caminhava ali e vi uma moça saindo de casa com um bebê no colo e jogar uma sacola em frente ao valão. Eu a chamei educadamente e perguntei: “Moça, tu sabes que, jogando no valão, vai vir uma chuva, vai alagar, e vai adoecer a tua filha?” Ela responde: “Quem tu acha que és para estar dando lição de moral na gente”. Eu estou

dizendo essas duas coisas porque foi exatamente a mesma reação que eu tive aqui na plateia, embora que aqui sejam ilustres professores municipais. É porque as pessoas não querem ouvir, gente. É uma dificuldade! As pessoas não querem ouvir. As pessoas querem, na política, infelizmente... eu estou fazendo essa reflexão... sei que é um pouco daquela parábola do semeador: a gente joga a semente, tem uns que ouvem; algumas sementes queimam, não germinam; outras, felizmente, vão germinar. Eu estou me dirigindo aos nossos Vereadores que conhecem esse fenômeno que estou dizendo.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, eu queria poder falar... Pois bem, vamos tentar. Um pouquinho de tolerância, fazer o exercício da alteridade, eu quero me colocar no lugar de vocês também, por isso eu estou vindo aqui.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Eu ia votar a favor, Presidente! Eu ia votar a favor, inclusive, porque o Ver. Wambert me chama atenção sobre um mandamento bíblico que, para mim, é importante...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Aprendi em casa também, com a educação, que, quando um burro fala, os outros baixam as orelhas. Seria bom...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Professor, na sala de aula, precisa que os alunos o respeitem! Eu só gostaria que respeitassem o meu direito de falar! (Pausa.) Eu volto a dizer: eu tenho um comando bíblico que diz – é o deuteronomio 24, acho – que não atarás a boca do boi que debulha. É importante para mim. Isso quer dizer, entre outras coisas, que para o boi que está ali trabalhando, a gente tem que garantir que ele possa se alimentar. *Mutatis mutandi*, é a mesma coisa que vale para o trabalhador. Nós temos que preservar isso. Eu já disse semana passada e repito: vejam o dilema que nós vivenciamos. Primeiro, que a própria Lei Orgânica já diz, Ver.^a Fernanda, que não se pode... A Lei Orgânica é maior do que a emenda da Vereadora, portanto, há aí uma demagogia, me desculpem! A Lei Orgânica, que é a Constituição do Município, já diz, Ver. Robaina, que não pode atrasar nem parcelar o salário do Vereador, a Lei Orgânica já diz isso desde lá atrás. Não é novidade, a Lei Orgânica já está...

Vejam a dificuldade. Aqui temos vários que cuidam de creches ou que têm filhos que vão para a creche. Nós vamos ter que decidir, no mês em que faltar dinheiro – eu venho há anos dizendo que, se nós não desenvolvermos a economia, uma

hora vai faltar –, se vamos fazer o repasse para as creches, ou pagar o salário. Vejam que escolha perversa essa!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: É, são escolhas! São escolhas, gente! O dinheiro e o cofre são o mesmo. Eu quero dizer que tenho esse princípio comigo, que acho também que essa questão é importante, mas acho, um, que ela já está contemplada na Lei Orgânica, já há comando que determina isso. Essa é a primeira questão. Segundo...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: A senhora quer vir aqui falar? Sempre me atrapalha. Por favor, venha para cá.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Como é de costume, sempre ao final de cada fala, abriremos espaço para as manifestações das galerias, logicamente, contando com a compreensão de todos que nos acompanham, para que durante as manifestações dos Vereadores, possamos manter o silêncio.

O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para discutir o PLCL nº 019/16, com Veto Total.

O SR. CLÁUDIO CONCEIÇÃO: Boa tarde, Sr. Presidente e Srs. Vereadores; todos que se encontram aqui no Plenário. Sou funcionário público estadual e experimentei, desde que foi iniciado o Governo Sartori, na pele, a dificuldade de ter o salário parcelado, de entrar no cheque especial, de ter a realidade extremamente limitada. Então, ninguém vai me dizer o que é experimentar isso, porque experimentei como funcionário público, sei o que é passar por isso, então não poderia ser contrário à minha consciência e apoiar o parcelamento do salário. Se algo tiver que ser cortado, que sejam as propagandas que fortalecem a RBS, porque se tem uma coisa que esse Governo começou fazendo muito bem foi trabalhar a sua imagem, e o Prefeito Marchezan é muito bom de imagem, mas ele precisava estar presente aqui falando conosco. Não se encontra o Prefeito, não se consegue falar com ele; ele manda Secretários, manda testas de ferro, mas ele mesmo não procura os Vereadores para conversar. Então, o meu posicionamento não é nem partidário, mas de consciência. Contem com o meu apoio, com o meu voto, e creio que isso tem sido constante por parte dos Vereadores também. Muito obrigado, que Deus os abençoe. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCL nº 019/16, com Veto Total.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Sr. Presidente, o Ver. Valter Nagelstein costuma chamar as pessoas que estão no plenário, que não são Vereadoras e Vereadores, de plateia. Num teatro, quando o ator vê uma plateia, ele faz a sua representação, ele representa a sua peça, não fala com a plateia, muito menos provoca, a não ser que ele considere que está num teatro em que as pessoas tenham o direito de participar. Há também uma modalidade de teatro, por sinal muito boa, que prevê a participação do público. Mas não é possível que tu, como Vereador, provoques a plateia e não queira receber de volta. Digo isso só como um registro metodológico, não é para entrar no conteúdo da polêmica, mas esse registro metodológico tem muita importância porque eu sou daqueles que acha, e isso, Valter, é uma diferença de lógica, de como nós compreendemos a política, um equívoco tremendo considerar as pessoas que vêm na Câmara de Vereadores, sobretudo se são servidores públicos municipais, mas isso serve para todo o povo de Porto Alegre, como plateia dos Vereadores de Porto Alegre. Esses são os verdadeiros atores, os protagonistas da construção de uma Cidade. Então, não são uma plateia, são os atores, e é esse o problema mais grave que nós temos. Nós corremos o risco de fazer com que funcione plenamente uma democracia de fachada, os que são do povo se limitam a votar a cada quatro anos, os Vereadores parlamos, falamos, e o Governo governa ao seu bel-prazer. Essa é a lógica de um sistema de representação que está falido! É evidente que está falido! O projeto do Alex e da Fernanda, da legislatura passada, é de uma simplicidade tremenda. Exige, como diz o Ver. Wambert, que se cumpra a Bíblia, que se cumpra a lei, que se cumpra o direito elementar de as pessoas receberem quando trabalham. Então todos os Vereadores têm que votar a favor disso. É uma obviedade! Todos os Vereadores têm que votar a favor disso!

Agora, me preocupa, e eu sei que o tempo é curto, nós e o Governo... Sobre isso eu acho, Alex, que agora nós vamos ter que começar a tratar o caso da Secretaria Municipal da Educação, o caso da crise nas escolas como um problema do Marchezan e não simplesmente do Secretário Adriano. É o Marchezan o responsável! Hoje essa medida que foi adotada é uma medida absurda: cortaram uma carne na refeição! Eles cortaram refeição! Aí o Secretário Adriano disse que não sabia. Depois, a jornalista apertou, e ele foi obrigado a reconhecer que sabia. Mas ele até poderia não saber, porque está ocorrendo uma lógica no Governo. Qual é a lógica? Uma que vem de cima a baixo, que é a seguinte: vamos ajustar. Então, lá na ponta, a funcionária ou cargo de confiança, ou sei lá quem, achou que para ajustar, como tem que ajustar, deve-se ajustar também as refeições das crianças. Essa é a lógica que o Governo quer fazer dominar em Porto Alegre e essa é a lógica que tem que ser impedida de funcionar em Porto Alegre, que é a lógica do ajuste nos de baixo, nas crianças, nos trabalhadores, no povo, nas vilas! Isso é o que está em jogo nessa simples votação. Está em jogo, nessa simples votação, se nós aceitamos a ideia do ajuste ou se nós não aceitamos. Eu já falei para vocês...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, servidores e servidoras, podemos fazer ajustes; depende dos ajustes. Eu, por exemplo, gostaria de ver ajustado esse número astronômico que vi no DOPA hoje: em um ano, R\$ 8 milhões gastos em celular com a Claro. Vou repetir: quero ajustar os R\$ 8 milhões de gastos com a Claro, porque a Procempa tem um sistema pelo qual você conversa entre secretarias e entre servidores sem gastos. Eu queria ver ajustado, por exemplo, alguns contratos, como o que li hoje – ainda não tive tempo de estudá-lo, mas sou vou dar à luz o assunto – pelo tempo de três meses entre uma das instituições e uma tal de cooperativa que eu duvido que tenha condições de fazer o que está lá acordado, mas deixo para uma outra oportunidade. Querem ajustes? Os carros locados – quantos já foram devolvidos? Para que tanto carro locado? Outra coisa, quero ajustes em aluguéis. Por exemplo: temos três CAR: CAR Glória, CAR Cruzeiro, e CAR Cristal. Se for para fazer ajuste, não precisa esperar 60 dias, acaba com os três e mudava para um, centralizado, e não pagava uma babilônia de dinheiro em aluguel para o CAR Glória – vão lá olhar, ver se isso é decente! Mas não é o único caso! Vamos fazer um *checklist* para ajustar. Então, vamos no *checklist*, já que é moda. Então vou ajustar outras coisas que vou anunciar nos próximos dias.

E digo mais: vamos para outros ajustes, nas contas a receber. Não há motivo para atrasar salários! É só cobrar dos grandes devedores! Tem uma gurizada, em cada esquina tem um *nerd* que faz de graça uma plataformazinha mínima que vai puxar todos os grandes devedores. Dívida ativa: tem sujeito, vocês sabem, que esta devendo uma babilônia no DMLU, porque têm terreno que suja, suja, suja; vai para a dívida ativa. Sabe quando vão cobrar do jeito que funcionam? Nunca! Agora, estou propondo, independentemente do resultado de hoje, que este veto seja derrubado. E nós começamos, com qualquer resultado, uma grande campanha amanhã cedo para que, em aula, comecem a mostrar que, numa sociedade, precisamos estudar aritmética: somar, multiplicar, dividir. Não é nenhuma matemática, nem aquele negócio de conjuntos, vou mais perto: mostrar como no boteco da esquina ao grande empresário não se dá nota fiscal, não se dá recibo de serviço. Tem que fiscalizar! Ah, falando nisso, cortaram 35% das horas dos fiscais da SMIC, amanhã tem reunião com o Secretário, vou falar que falta gente. Tem que fiscalizar! Tem gente que não paga alvará, que não tem alvará, tem gente que não paga taxa, porque não é cobrado, e tem muito IPTU de bacana sem ser cobrado, muito! (Palmas.) Se combatermos a sonegação em Porto Alegre... E aí vou dizer: é só fazer um *checklist* dos grandes fornecedores de bagulhos em Porto Alegre, essas coisas de pirataria, cigarro falsificado, todo mundo sabe onde tem. Gente, não faltará dinheiro para os servidores, teremos ruas limpas, teremos bueiros desentupidos,

teremos uma cidade para todos. Por uma cidade de Porto Alegre para as pessoas: salário em dia para o bife das crianças. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir o PLCL nº 019/16, com Veto Total.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde a todos, servidores e servidoras presentes, colegas, esta Casa, eu tenho ouvido bastante, é o meu primeiro mandato, mas não poderia deixar de vir a esta tribuna. Sou do PSDB, costumo dizer aqui que não sou da base do Governo, sou Governo. Queria responder a alguns questionamentos que acho importante deixarem claros. Eu fui de um movimento chamado Movimento 25 de Junho, há muitos anos, que participou de muitos congressos da UNE. Inclusive um deles em Goiânia em que nós entramos em um ginásio completamente lotado por estudantes. Nós queríamos pedir a CPI da carteirinha da UNE. O ginásio estava totalmente tomado; fomos vaiados, fomos apedrejados, xingados... Isso faz parte da política. Com o passar dos anos, eu comecei a notar que hoje, para estar aqui, eu teria que tomar uma decisão, se eu iria participar dessa velha política, arcaica, dos bons contra os maus, de dizer: “Vamos tirar os direitos dos outros quando forem os meus direitos”. Ninguém tem que tirar direito de ninguém, nós temos que achar um entendimento. E eu gostaria de fazer um esclarecimento sobre veto a esse projeto de parcelamento. Gente, eu sou muito claro, eu vou acompanhar o veto por um motivo técnico e simples, e respondo...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Eu posso ficar o dia inteiro aqui, vocês vaiando e eu argumentando. O que eu preciso é responder a alguns colegas que disseram: “O que os Vereadores fazem aqui se então?” Seria muito mais fácil, no meu primeiro mandato, ou ficar calado, ou ir para a oposição, porque é mais fácil ser oposição – é muito mais fácil. Olha, só, gente, eu vou responder o que o Vereador deve fazer aqui, e todos prestam um juramento naquele microfone: respeitar a Lei Orgânica do Município. E a Lei Orgânica do Município, no art. 94, deixa claro que esse tema é competência do Poder Executivo, e não de um Vereador A, B ou C, que quer ganhar os votos das pessoas revoltadas, que ganham pouco ou não.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito silêncio às galerias.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Em respeito aos 4.428 eleitores que me colocaram aqui...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Só um segundo, Ver. Moisés Maluco do Bem. Quero combinar com as galerias, pedi anteriormente que, durante as manifestações dos Vereadores na tribuna, o plenário, por favor, nos auxilie. Sempre ao final vou abrir espaço para as manifestações. O mesmo respeito que esta Casa tem com os senhores que estão nos visitando, por favor, tenham com os Vereadores na tribuna, para que possamos desempenhar um bom trabalho.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Em respeito aos eleitores que me colocaram aqui, eu não vou desrespeitar o juramento de cumprir a Lei Orgânica deste Município. Então, para deixar claro, vou acompanhar o Veto por questão de competência, que é competência do Prefeito. E quero deixar claro para vocês o seguinte: *dura lex, sed lex*, a lei é dura, mas é lei, e, como legislador do Município, vou cumprir e defender a Lei Orgânica do Município. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCL nº 019/16, com Veto Total.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, pretendo não tornar repetitiva a minha fala com os que me antecederam nesta tribuna, mas quero trazer outros argumentos para contribuir com o nosso diálogo na tarde de hoje.

O Ver. Adeli Sell destacou que ajustes podem ser feitos e apontou uma série de iniciativas, algumas bastante simples, que poderiam contribuir para a melhoria das condições financeiras do nosso Município, que, infelizmente, não tem tanto cuidado assim e tanto zelo por parte da gestão desta Cidade. Com relação ao outro tema que ele abordou, da criminalidade, a incidência de atividades criminosas ou ilícitas, eu gostaria de citar uma frase que o ex-Deputado Marcos Rolim usou no lançamento da nossa Frente Parlamentar Contra a Violência nas Escolas, falando sobre violência, crime e o triste destino de muitos dos nossos alunos, ele disse que, para ele, o maior estímulo à criminalidade é a certeza da impunidade. Se o indivíduo tem certeza de que não pagará pelos seus atos, ele vai continuar a incorrer nos mesmos. Portanto, se há aqui no nosso Município uma enorme, estrondosa e absurda sonegação fiscal, isso vai se perpetuar sempre se não houver uma atitude bastante dura, severa e atuante da Prefeitura para combatê-la.

Precisamos reforçar a fiscalização em todas as áreas do nosso Município. Fiscalização que resguarda a nossa segurança e devolve aos cofres da Cidade o recurso que lhe é devido, o recurso que vai fornecer o subsídio para os serviços públicos que são essenciais à nossa população. O outro ponto é com relação à dignidade humana. Senhoras e senhores, Ver. Cláudio Conceição, o senhor é policial civil, como citou aqui na tribuna, eu ouvi, pelos veículos de comunicação, que alguns colegas seus, quando

começaram a ter os seus salários parcelados, entraram em desespero, literalmente, alguns inclusive tirando a própria vida – eu me consterno. A minha esposa também é policial civil e me relatou esses fatos. E isso me assusta bastante, principalmente, porque tanto a polícia quanto a minha categoria, os professores, são profissionais que lidam com uma pressão psicológica diária violenta. Nós trabalhamos com todos os problemas que existem na sociedade, porque esses problemas se refletem nos bancos escolares. As nossas salas de aula são pequenos universos do que está acontecendo na sociedade. E se temos uma sociedade com um nível de violência crescente, as nossas escolas também são assoladas por esse mal.

Agora, termos um profissional que não tem a valorização adequada, que está sofrendo um ataque indireto em conquistas para a melhoria dos seus serviços, do seu trabalho e de uma melhor qualidade de vida, somado ao fato de votarmos contrariamente a um projeto desses, que simplesmente, como bem destacou o Ver. Wambert, transcende a esfera legal. Outros conceitos, inclusive religiosos, demonstram a importância de manutenção da dignidade e da subsistência dos indivíduos. As contas não são parceladas, elas são cobradas igualmente – IPTU, DMAE –, para essas nossas contas não há previsão de parcelamento, e, se tu atrasas, há multa, caçam teu desconto. Funcionários públicos municipais, como seres humanos, precisam também honrar suas dívidas e sustentar suas famílias. Por isso peço atenção e carinho dos Vereadores para que não incorram naquela lógica legalista que serve quando é conveniente – serve quando é conveniente – para afirmar: “Ah, não, isso é constitucional, isso é legal, isso não é, então eu voto contra”. Essa defesa não serve. Vamos votar...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registramos a presença do ex-Vereador desta Casa, Werner Becker, seja sempre muito bem-vindo.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCL nº 019/16, com Veto Total.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Boa tarde, Sr. Presidente; municipais de Porto Alegre, Alvorada, Canoas, Gravataí, vejo pessoas que não são só de Porto Alegre. Quero dizer que o salário do cidadão é algo sagrado, não tenho dúvida disso. Sou funcionária pública do Estado e também tenho o meu salário parcelado, o que não é nada bom, mas são as contingências do Estado. Quando, nesta Casa, alguém discorda de algum projeto, normalmente é vaiado, é mal falado, só que esta é a Casa de discussão, do diálogo que tanto as professoras e as diretoras solicitam. Nós estamos dialogando, e é neste momento que tem que ter respeito com os Parlamentares que aqui estão conversando e discutindo o voto, dizendo se é “sim” ou “não”. Vou repetir: eu sou do Executivo do Estado e estou impressionada e estou impressionada com a falta de resolutividade desta Casa. Já comentei, outro dia aqui, que a resolutividade é zero nesta

Casa. Isso tem sido muito complicado para mim, porque no Executivo eu ia e fazia acontecer, assim como todos os meus colegas, nós fazíamos acontecer; não ficávamos conversando a respeito de coisas que não são possíveis, Ver.^a Fernanda. Não é assim: “Vamos fechar a Casa, porque não podemos legislar”. Bem pelo contrário, devemos e fomos colocados aqui para legislar. Então não me venham com demagogia, alguns Vereadores aqui, querendo ganhar em cima de coisa que não pode. Presidente, peço que garanta o meu tempo. Estou aqui dizendo que os Vereadores têm legitimidade.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: É bom que as galerias virem de costas para o Plenário, porque as pessoas que não têm capacidade de discutir as coisas viram de costas e xingam os outros, mas estamos aqui pela parte legal. Concordo contigo, Ver. Maluco do Bem: nós temos que falar com propriedade e legitimidade. E mais: se os Vereadores que não são de oposição não vierem aqui nesta tribuna, sabem o que vai acontecer? Esta Casa vai representar só um lado. Todos têm a obrigação de vir aqui falar e mostrar o seu posicionamento, porque nós fomos colocados aqui pelas pessoas que querem que a gente vote “sim” ou “não”, e não se abstenham, como eu vejo muitos fazendo aqui. Vou ser breve, não vou usar meus cinco minutos, para dar oportunidade a outros colegas falarem com coragem aqui. Eu sou contra o Veto, porque ele não é legal, está na Constituição Federal, e esta Casa não tem legitimidade para votar este Projeto. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLCL nº 019/16, com Veto Total.

O SR. MAURO ZACHER: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde a todos. Quero dizer que tem aquecido as nossas tardes a presença de vocês e o debate, e o ano de 2017, Presidente, vai nos levar a enfrentar assuntos espinhosos, mas de extrema relevância para a vida de todos nós.

Há uma grande vontade, amparada pela mídia nacional e pelo setor empresarial e grandes corporações, de que se façam grandes reformas, como a da previdência, a trabalhista, o ajuste fiscal. E quem vai pagar esta conta, na vontade deles, são vocês, somos nós, trabalhadores. Esta é a questão de hoje!

A lei, Ver. Adeli e Ver. Moisés, está cheia de vícios de constitucionalidade, enfim, não importa. O que importa para nós é o esforço que façamos para garantir aquilo que há de mais sagrado para o servidor, que é o seu salário.

No ano passado, nós tivemos uma luta, Ver. Moisés, que não estava aqui, para que pudéssemos adiantar o IPTU. Historicamente, por 28 anos consecutivos, todos os Prefeitos, para garantir o décimo terceiro e a folha fizeram isso. Não era para pagar contas, era para garantir o que há de mais sagrado para os servidores. Esse foi o nosso

esforço. Esta Casa se uniu, esquerda e direita, todos nós, para que pudéssemos garantir o pagamento. Fomos ao Tribunal de Contas e aprovamos aqui – Presidente, V. Exa. liderou o processo – um apoio ao Prefeito para que ele pudesse tomar a melhor decisão e garantir o décimo terceiro e a última folha no dia 30.

Nós sabemos das dificuldades do Município. Estamos cientes da nossa responsabilidade. Somos parceiros da Prefeitura, do Executivo, do Prefeito Marchezan para que venhamos a fazer os cortes necessários para que possamos manter a folha em dia, os serviços sociais, enfim, tudo aquilo que a Cidade merece. Terá o nosso apoio. Agora, diante de hoje, no veto, que diz respeito, Ver.^a Fernanda Melchionna, ao parcelamento, nós estaremos juntos para derrubar esse Veto, simbolicamente.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. MAURO ZACHER: Nós, do PDT – e estou só eu hoje aqui, pois o Ver. Márcio Bins Ely está em representação e o Ver. João Bosco Vaz talvez chegue ainda hoje –, queremos derrubar o Veto para que nós possamos fazer um esforço para que, mesmo simbolicamente, seja garantido aos servidores o salário.

E que nós possamos, ao longo do ano, fazer as reformas necessárias para garantir que a nossa Prefeitura continue pagando em dia os salários, garantindo serviços, e que nós possamos continuar avançando.

Esta Casa mostrou que está disposta quando fez a reforma administrativa apresentada pelo Prefeito. Somos parceiros. Sabemos que aqui desta tribuna já foram levantados tantos pontos onde a Prefeitura pode cortar, para que sejam garantidos os salários dos servidores.

Vamos enfrentar essa crise. Sabemos que os repasses da União e do Estado vêm diminuindo desde 2014, apresentados aqui pelo Secretário da Fazenda; as receitas municipais ainda num crescente por competência da nossa Secretaria da Fazenda, mas façamos aqui um esforço para que todos nós possamos enfrentar essa crise com os salários dos servidores sendo pagos em dia.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLCL nº 019/16, com Veto Total.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; boa tarde a todo o pessoal que está nas galerias. É muito bom contar com a Casa cheia para uma discussão tão relevante. Preocupa-me um pouco quando os ânimos se acirram, apesar de polêmico, eu gosto de trazer as coisas para um pouco fora do emocional, um pouco mais para o racional. Quando trazemos essa discussão mais para o racional, não se trata apenas de parcelamento de salários. Se tratasse de parcelamento de salários, seria uma posição muito fácil de se dizer: se é contra. Não se pode parcelar salário, não se pode negar remuneração a quem trabalha, e,

portanto, é direito receber por seu trabalho. O que estamos discutindo aqui é uma questão jurídica, é uma questão técnica.

A minha mãe é professora, como também todas as minhas tias, é uma família grande que veio do Interior do Estado, e eu sei muito bem o que é não se sentir valorizado, não ter a valorização do teu trabalho ou receber o salário parcelado. Quanto a isso, novamente, não tem nada que desabone o mérito da questão. De fato, quem trabalha deve receber por direito o salário. A Ver.^a Melchionna, quando falou aqui, falou que se feche o Parlamento caso a gente não possa votar em um projeto alegado inconstitucional. Pois bem, alguns Vereadores já vieram aqui trazer a questão da constitucionalidade, o art. 94, inc. VII, alínea *b*, que trata sobre a questão. Eu diria para a Ver.^a Melchionna, assim como eu diria para quem está insistindo, que me mostre onde está a constitucionalidade deste projeto, porque até agora eu não encontrei essa constitucionalidade. Eu gostaria de encontrar, porque eu acredito no mérito deste projeto. De coração, eu acho que - e eu, como um liberal, defendo a propriedade privada e defendo que todos devam receber por seu trabalho - fechar o Parlamento por acreditar que é constitucional, quando existe uma claridade de inconstitucionalidade é uma coisa que Chávez e Maduro concordariam na Venezuela, é uma coisa que a Coreia do Norte concordaria, mas é uma coisa com que quem defende o Estado de Direito não pode se dar ao luxo de concordar. O Ver. Mauro Zacher, que há pouco subiu aqui na tribuna, falou e mesmo reforçou que, de fato, existem irregularidades, mas que mesmo assim votará a favor por simbolismo. Respeito o voto simbólico. Porém, eu acho lamentável usar dessa confusão técnica de constitucionalidade e inconstitucionalidade para prometer a toda uma classe de servidores municipais algo que não pode ser entregue.

(Manifestações das galerias.)

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Então, quando um político, quando um Partido promete entregar um projeto inconstitucional, que vai ser derrubado logo ali pelo judiciário e vai onerar mais os custos de quem paga os impostos, que somos todos nós, parece-me só uma tentativa de enganar a todos aqui presentes. E quanto a isso, não posso ser favorável, porque isso se chama populismo, isso se chama demagogia. E eu não posso admitir que mintam para as pessoas de modo a conseguir tê-las como suas aliadas. Isso não combina com o Estado de Direito, como existe na Finlândia, como existe na Suécia, e em todos os demais países que nós tanto respeitamos como países que têm uma educação exemplar. E no processo de constitucionalidade, a lei existe e ela se torna inconstitucional nesse sentido, por um simples fato: se não houvesse esse princípio de iniciativa, que inicia com o Executivo, e o Parlamento dispõe sobre - portanto avalia se tem mérito ou não -, emenda este projeto, mas a iniciativa é do Executivo, o que nós teríamos seria uma pseudodemocracia, seria uma democracia representativa falha, onde um parlamento composto por maioria de opositores ou de aliados, conseguiria governar sozinho e atropelaria qualquer minoria dissidente que discordasse do governo em questão. Por isso é que devemos prezar pela Lei Orgânica do Município, devemos prezar pela Constituição Brasileira, porque, se nós não

respeitarmos aqui, no Parlamento municipal, o Estado Democrático de Direito, como iremos querer que nossos governantes do Estado e do Governo Federal façam o mesmo. Que possamos cobrar, portanto, essa mesma postura de respeito, que fez tantos países se tornarem desenvolvidos e exemplares. Então, para resumir, eu sou totalmente favorável ao mérito do projeto, acho que devem receber sim, e é uma injustiça sem tamanho um trabalhador não receber o salário pelo que trabalhou, mas deve ser feito na forma da lei. E uma maneira que poderia ser feita, neste projeto, seria uma requisição ou uma sugestão ao Prefeito, e que todas essas pessoas – e eu incluso –, poderiam cobrar do Prefeito que, de fato, priorizasse os professores...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLCL nº 019/16, com Veto Total.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Vereadores, Vereadoras; senhoras e senhores, quando, quinta-feira, a Ver.^a Fernanda Melchionna pediu o adiamento da votação desta matéria, votei a favor, porque tinha certeza de que ela estava protegendo o início do ano letivo, que é hoje, pois ela sempre foi e é uma defensora da educação. No entanto, enganei-me redondamente. Ela hoje, fazendo essa manobra para ter a presença de vocês, está prejudicando a educação e a causa pública. Sou membro da Comissão de Finanças desta Casa e acompanho as finanças do Município há muito tempo, e inclusive ouvi, na semana passada, do Secretário da Fazenda, as dificuldades financeiras que tem o Município. São reais. Lamento dizer que a ilustre presença dos funcionários aqui - nem todos são funcionários, um foi meu colega bancário, com muita honra -, em horário de trabalho ...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Desculpem! São todos aposentados!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Vou repetir: a presença dos funcionários aqui, em horário de trabalho, comprova a necessidade de mudança. Inclusive na educação, porque não sabem ouvir, não sabem respeitar os Vereadores. Essa é a tristeza! Ver. Prof. Alex, precisamos fiscalizar, V. Exa. tem razão. Fiscalizar o horário de trabalho dos funcionários, porque é dinheiro público. O que estamos falando, e outros já falaram, é a questão legal...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Funcionários que não querem que a lei seja cumprida, é, realmente, não merecem essa consideração. É uma lei totalmente ilegal, vocês conhecem, é flagrante o vício de iniciativa, pois esse assunto é unicamente exclusividade do Sr. Prefeito. Vocês sabem, vocês sabem muito bem disso.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicitamos às galerias que possam nos auxiliar aqui na continuidade dos trabalhos. Não adiantam as interrupções, porque eu estou segurando o tempo do Vereador. Então, é muito mais prático que as galerias se manifestem ao final da fala dos Vereadores. Ver. João Carlos Nedel, por favor, a sua conclusão.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Eu só quero deixar uma pergunta para vocês, só uma perguntinha. Eu quero que vocês fiquem conscientes ou não, se vocês não estão sendo usados ilegalmente?

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCL nº 019/16, com Veto Total.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde, Sr. Presidente.

O Sr. Prof. Alex Fraga: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado pelo aparte, Ver. Marcelo Sgarbossa, já que não daria tempo de eu fazer o aparte na fala do Ver. Nedel. Pena que sobraram apenas 30 segundos na fala dele. Ver. Nedel, tentando contribuir e esclarecer a sua falta de conhecimento a respeito dos nossos contratos, a maioria dos servidores é contratada para 20 horas. Os professores, a quem o senhor se referiu, podem ser lotados de manhã, de tarde ou de noite. (Palmas.) No grupo em que eu trabalho, na categoria em que eu trabalho, a maior parte das lotações é feita no turno da manhã; portanto, não estamos lotados na Prefeitura, a maioria de nós, no turno da tarde. Só para o seu esclarecimento. Eu vejo muitos profissionais da saúde, que trabalham em regime de plantão, e, portanto, podem estar de folga neste momento. (Palmas.)

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Mais uma vez, eu vou ter que solicitar, às galerias, compreensão. O Vereador que está na tribuna é o Ver. Marcelo Sgarbossa. Não tem por que ele estar aguardando para poder falar. Então, ao final da fala, eu sempre abrirei tempo. Obrigado.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Eu acho que o Ver. Nedel provocou, de forma injustificada, e talvez tenha a possibilidade de pedir desculpas. Basta se

inscrever novamente e pedir desculpas. (Palmas.) Eu queria lembrá-los de que o Ver. Nedel fica incomodado, assim como outros Vereadores aqui estão incomodados, com a presença de vocês, mas nós temos um projeto, que apresentamos no ano passado, e já apresentamos novamente, que transfere as Sessões da Câmara para a noite. Só que o Ver. Nedel votou contra. Então, realmente, o projeto visa permitir a participação da população, como está acontecendo hoje. Apresentamos o projeto no ano passado, foi à votação, Ver. Nedel, e o senhor votou contra; então o senhor não quer à noite, não quer de dia, não quer nunca que o povo venha aqui! É isso!

Nesses primeiros quatro anos que estou na Câmara, do primeiro mandato, acho incrível que sempre que se quer votar contra, se alega que o projeto é inconstitucional. No dia 23 de dezembro de 2014, passou aqui neste Plenário um projeto nosso apenas por três votos, que proíbe a Prefeitura de firmar contrato com empresas que tenham doado para campanha eleitoral. Os Vereadores que votaram contra, a grande maioria alegou que era inconstitucional. Hoje é lei em Porto Alegre: a empresa que doar para campanha não pode contratar com o Município de Porto Alegre. Infelizmente, o Prefeito Fortunati só sancionou esse projeto depois que o STF decidiu que as empresas não podiam mais doar. Agora, corre nesta Casa uma emenda ao nosso próprio projeto que proíbe que a Prefeitura contrate com as empresas em que os sócios, como pessoas físicas, doem para campanha eleitoral - foi o que ocorreu na campanha passada. Donos de grandes empresas doaram para a campanha do Prefeito Marchezan e ele se elegeu com muitos recursos, graças à doação individual, pessoal, de donos de empresas.

Vejam, ficar falando da velha receita: a de, primeiro, vender a crise; depois dizer que servidor público não trabalha, para depois terceirizar e privatizar - isso a gente já conhece, está em nível federal, estadual com o Sartori, e com o Marchezan! Nós não estamos escutando o Prefeito Marchezan, que tem uma consultoria, segundo o jornalista Políbio Braga, que está dando as orientações para governar, e parece que não tem contrato. Se essa consultoria vai falar da redução de CCs, da sonegação fiscal, do IPTU progressivo, do Siat - vocês lembram do Siat, a empresa contratada para fazer a arrecadação no Município e mais de R\$ 200 milhões de impostos deixaram de ser arrecadados no Município de Porto Alegre? Esse é o tema das receitas que o Ver. Adeli colocou aqui. É muito fácil ir para cima, como é o caso aqui. Sartori conseguiu fazer isso com a grande complacência da grande mídia, infelizmente. Seria tema para debate diário o parcelamento de salário dos servidores do Estado.

É um recado político, sim! Alegam que já está na Lei Orgânica, eu li, e não está falando lá na proibição de parcelamento, só diz as datas de pagamento. Então a Câmara pode passar esse recado político, e Marchezan que entre na Justiça se entender que é inconstitucional. É isso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCL nº 019/16, com Veto Total, por cedência de tempo do Ver. Idenir Cecchim.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Presidente, eu peço desculpas especialmente ao Ver. Dr. Thiago, ele me fez uma ponderação, e até acho que é adequada, mas eu sempre me lembro do Padre Antonio Vieira que dizia: “É cousa tão natural o responder, que até os penhascos duros respondem e para as vozes têm ecos. Pelo contrário, é tão grande violência não responder, que aos que nasceram mudos fez a natureza também surdos, porque se ouvissem, e não pudessem responder, rebentariam de dor”. Então, eu talvez não viesse falar se o Ver. Robaina não tivesse me citado pessoalmente. Mas é bom, faz parte desse embate político, a única coisa que eu deploro, na postura do Vereador, é desqualificar o Parlamento do qual ele faz parte. Nessa falsa dicotomia entre democracia direta e democracia representativa, porque, se afinal de contas, ele não acredita na democracia representativa, não deveria estar sentado naquela cadeira.

Mas para além disso, quero dizer que é apenas um jogo de palavras, dizer que aqui nós temos plateia, ou que nós temos galeria ou auditório, são sinônimos, é jogo de palavras. Assim eu poderia dizer também que para mim aqui é púlpito, talvez, para o vereador fosse um picadeiro, não diria isso. É apenas um jogo de palavras.

Acho que é demagógico o projeto. E digo isso, e as pessoas, às vezes, que discordam de nós, nos gritam, ou cospem, como eu vi, infelizmente, uma professora fazer, na semana passada, ali; eu achei incrível, mas vi, quisera não ter visto, mas vi. É porque acusam os políticos de toda a sorte de barbaridades, e acontece. A nossa amiga, lanterna verde, da FASC, por exemplo, está sempre aqui, exercendo o seu papel, e eu vejo a FASC, por outro lado, um verdadeiro caos que transformou Porto Alegre, na história dos moradores de rua. Será que a FASC é eficiente? Eu teria vergonha de encontrar a situação que estou encontrando.

E a educação, meus caros professores! Os professores de Porto Alegre são os mais bem pagos do Brasil! Isso é fato! A minha querida Ver.^a Sofia Cavedon, ela goza, e acho que com razão, de um salário de R\$ 15 mil. É um belo salário para um professor. Tem os seus filhos no Colégio Anchieta! Que bom! Acho que isso tudo é ótimo! Eu gostaria até que pudesse ser mais! O que não me conforma é serem os professores mais bem pagos do Brasil, e nós ocuparmos a vergonhosa posição de 21º lugar no IDEB, entre 27 cidades brasileiras. Eu poria o dedo na consciência, porque isso é fato! Outro fato: nós temos 30 mil servidores em Porto Alegre, entre ativos e inativos. Eu fui Secretário de duas Secretarias, graças a Deus, convivi sempre muito bem com os meus servidores. Existem 5.281 Municípios no Brasil e Porto Alegre, no *ranking* da eficiência dos Municípios, ocupa a vexaminosa posição de 3.185! Quem é que está fazendo isso? Por acaso somos nós? Não, são vocês! Vocês, massa de manobra do PT, do PSTU e do PSOL. Ninguém sabe encher este plenário como esses partidos, porque vocês são a clientela deles. Agora, para além de vocês, massa de manobra, a sociedade porto-alegrense é de 1,5 milhão de habitantes. Cada vez que vocês vêm para cá, eu me

envergonho, porque vocês me chamam de fascista, mas são vocês os fascistas. Vocês não representam os servidores desta Cidade. Vocês não representam os servidores com os quais eu trabalhei, vocês representam uma minoria fascista, cubana, esquerdista, doente. Doente que defende o que tem de pior no mundo, que é o lixo. Para além daqui, Sr. Presidente, está a sociedade porto-alegrense; para além daqui, estão 1,5 milhão de porto-alegrenses que pagam o nosso salário e o de vocês. Quando nós falamos em medir trabalho, ninguém quer! Quando nós falamos em meritocracia, ninguém quer, mas se é para gritar, e se é para ganhar no grito, vocês não me ganham. Eu estou aqui representando os meus eleitores com muito orgulho. Vocês, ao contrário, são massa de manobra de alguns sindicatos e que trouxeram o nosso serviço público à terrível condição que se encontra hoje. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCL nº 019/16, com Veto Total.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o Presidente da Casa, os demais Vereadores e Vereadoras; servidores municipais e seus diversos sindicatos, sejam bem-vindos à Casa do Povo! Não há como não repudiar, como não nos indignarmos com uma manifestação como a do meu colega anterior. Eu peço que o Ver. Nagelstein retire do seu discurso a palavra “fascista”, quando se dirigiu aos servidores municipais. Há nem três meses, nós acompanhamos a briga de números entre o Prefeito atual e o ex-Prefeito. Tanto um quanto o outro falavam das dificuldades que teriam para pagar o 13º salário. Eu tenho certeza de que, naquela ocasião, o Prefeito Fortunati queria muito pagar em dia. Ele lança uma campanha para pagamento do IPTU parcelado, que, por sua vez, recebe a indignação do novo Prefeito, que disse que também daria o desconto necessário para pagar no próximo ano. Infelizmente, aquela atitude desleal tanto dum quando doutro em relação aos servidores dizia que nenhum dos dois queria pagar os salários em dia. Nós percebemos que, ao longo da gestão – não só da última, mas de outras –, os serviços foram muito precarizados, mas não por culpa dos servidores. Pelo contrário, porque foi o Poder Público Municipal que não chamou os concursados, não repôs os funcionários que faltavam e faltam até hoje nas unidades de saúde, nas escolas e tudo o mais. E, agora, vem mais uma vez dizer que ele pode fazer o que o Governador Sartori fez com o funcionário público estadual. Não é por acaso que a comunidade dos servidores públicos estaduais se rebelou, se indignou, lotando a Praça da Matriz contra esse dito ajuste que o Governo Sartori quis apresentar e não vai conseguir concluir. Isso porque os Deputados da base já estão saindo da base, por perceberem que apoiar o Governo Sartori é um tiro no pé, que se trata de uma política injusta e desleal com os servidores do Estado. Não é diferente com os municipais de Porto Alegre, o golpe ou o pós-golpe vem exatamente com esse tipo de ideologia, que, ao precarizar os serviços públicos, traz a ideia de privatizar. Não é por acaso que o Prefeito Marchezan já fala em privatizar a Carris; não é por acaso que no Estado ainda temos a ideia do plebiscito para

não privatizar o Banrisul. É preciso, sim, Vereadores e Vereadoras, que também instituamos esse tipo de democracia, com o plebiscito para a população de Porto Alegre caso o Prefeito queira privatizar o DMLU ou a própria Carris. Então, essa atitude de imaginar que ser governo é como se fosse ser presidente de uma estatal ou diretor de uma empresa privada jamais poderia acontecer, porque ele, infelizmente, vende o capital público para poder demonstrar para a sociedade que é o ideal para enxugar a máquina pública. Nós não aceitamos isso, e queremos repudiar a atitude do Governo Municipal em adotar a mesma política do Governo do Estado em parcelar salários. Portanto, Ver.^a Fernanda e Ver. Prof. Alex, temos, enquanto Bancada do PT, total acordo. Infelizmente, o Governo não ouve o Simpa, não ouve a entidade correspondente à representação dos funcionários, para poder debater a qualidade do serviço público. Na verdade...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Esclareço que as manifestações na tribuna são de inteira responsabilidade de cada Parlamentar, então, somente cada Parlamentar pode solicitar ou não a retirada de alguma expressão das notas taquigráficas. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCL n° 019/16, com Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiramente, eu queria enfrentar o tema da demagogia, da ilegalidade, do populismo. Toda vez, Ver.^a Fernanda, que uma lei quer beneficiar o trabalhador, a trabalhadora, quem vive do trabalho, a primeira crítica é: “É demagogia, é populismo”. Nós não achamos isso, nós achamos que quem vende a força do seu trabalho, Nedel, quem vive do seu trabalho e não a parcela, tem que receber no final do mês o equivalente ao trabalho que concedeu, que realizou e que contribuiu para a Cidade. Isso não tem demagogia, não tem populismo, o que tem do outro lado, Vereadoras e Vereadores, é o autoritarismo, é a lógica do Estado mínimo, da mais valia, da exploração, quando se acha que é muito natural, que tem que parcelar, que tem que enxugar, que não dá para reajustar, que é o confisco do salário que fazem no Estado do Rio Grande do Sul, há três anos, sem recompor a inflação dos salários dos servidores e servidoras. Hoje eu visitei duas escolas municipais e uma estadual, e dá uma dor ver as condições de trabalho daquelas professoras, daquelas funcionárias, no meio da violência, dos salários degradados e, ainda, o parcelamento e a não reposição salarial. Lutar contra isso está longe de ser demagogia, está longe de ser politicagem; lutar contra isso é, de fato, compreender que a Nação brasileira constituiu democracia, que previu lá na nossa Constituição brasileira os direitos do povo, que previu que a nossa democracia, que os nossos Parlamentos vão exercer o poder em nome do povo ou diretamente por ele, portanto, escutando esse povo; que previu recursos do excedente

econômico do País, que estão na mão do Estado, que são os orçamentos federal, municipal e estadual, exatamente para garantir políticas públicas, e, para isso, se criou o funcionalismo público, para garantir políticas públicas. Então, quando o nosso filho sofre um acidente, Ver. Oliboni, e a gente corre no Hospital Pronto Socorro, que funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana, nós não vamos querer saber se o funcionário está parcelado, se ele está massacrado, se ele está humilhado, nós queremos o serviço público, nós queremos o servidor motivado, nós queremos excelência, competência, porque nós exigimos o que os impostos nos dão, o direito, porque a vida tem que ser em primeiro lugar, ela é prioritária. Se os nossos alunos, 50 mil alunos chegam todas as manhãs nas escolas, nós não achamos que os professores podem ir quando quiserem, se quiserem, ou se estiverem insatisfeitos, não vão. Nós exigimos dos professores. Aliás, vários subiram aqui para dizer que exigem mais em Português e Matemática! Então, o mínimo que nós temos que garantir é que o salário, é que as condições de trabalho sejam honradas. Quando nós ficamos sem água, a água chega cheirando às nossas torneiras na Cidade, podres, nós queremos o servidor do DMAE no sábado, no domingo, no fim de semana... Não tem Natal, não tem Ano-Novo para os nossos operários do DMAE, do DEP, do DMLU! Não existe isso! Porque, se está podre a água, se há entupimentos, se a água está cheirando, nós queremos o serviço público, o servidor público. E nós, Vereadores e Vereadoras, aqui estamos todos os dias recebendo demanda deste tipo: de esgoto, de água, de luz na rua, de escola, de posto de saúde, de consulta que não sai, de cirurgia que não sai, Ver. Mauro! Se nós entendemos que serviço público é essencial, que a vida é essencial, o salário é essencial, o salário é fundamental! Eu tenho certeza, esta Câmara vai ser nobre, vai ser forte, vai indicar politicamente, vai regulamentar a Lei Orgânica, porque a Lei Orgânica está recebendo uma regulamentação.

Então derrubemos o Veto e vamos honrar esses servidores, bravos servidores...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLCL nº 019/16, com Veto Total.

O SR. MAURO PINHEIRO: Presidente Ver. Cassio Trogildo; demais Vereadores e Vereadoras; público que nos acompanha nas galerias, temos que cuidar a palavra que usamos para não ser usada contra nós mesmos. É lamentável, Ver. Cláudio Janta, nós estarmos aqui discutindo a possibilidade ou não de se parcelar salários. Eu tenho certeza de que nenhum dos 36 Vereadores aqui nesta Casa, Ver. Adeli Sell, é contra o funcionário público e gostaria de vê-lo não receber seu salário. Todos nós aqui queremos o melhor para a Cidade e um serviço público forte, que trabalhe, que zele pela sua Cidade; agora, temos que cumprir a lei, como bem disse o meu colega, Ver.

Robaina. Então, vamos cumprir a lei, vamos fazer o que diz a Constituição. Nós não podemos passar da nossa esfera e querer fazer coisas que não nos compete, que não está na nossa alçada. O Ver. Adeli Sell foi muito bem quando falou que temos que discutir, sim, como melhorar a situação financeira do Município. Esta é a obrigação de qualquer um de nós, Vereadores, e de qualquer funcionário público: o que fazer para melhorar as condições financeiras do nosso Município. Agora, vir aqui nesta tribuna e dar um discurso fácil, dizer que quem votar contra o projeto da Ver.^a Fernanda e do Ver. Alex é a favor de um Estado mínimo, é contra o funcionário público - isso é muito fácil de falar! Eu gostaria de perguntar à minha nobre colega, Exma. Ver.^a Sofia, se o PT, em 2004, era a favor do Estado mínimo, se era contra o funcionário público? O nosso Prefeito João Verle, quando tirou a bimestralidade dos municipais era contra os funcionários? Não era. Era uma necessidade, ele não tinha dinheiro para pagar a bimestralidade. O Prefeito João Verle era um homem da Fazenda, entendia; o Ver. Airto Ferronato é da Fazenda. O Prefeito João Verle, falecido João Verle, com todo respeito ao nosso Prefeito, na época, em pleno processo eleitoral, cortou a bimestralidade dos municipais, que recebiam, como gatilho, de dois em dois meses, a reposição salarial. Quando ele fez isso, era contra o funcionário? O PT era contra? Ou era necessário naquele momento? Então é demagogia colocar um projeto que todos nós sabemos que é inconstitucional, que não compete a nós, Vereadores, mas que compete, sim, ao Executivo. Nós temos é que ser corretos, cumprir a lei, sim, Ver. Robaina. O que diz o Procurador da Casa, não do Município? (Lê.): “[...]Consoante se infere do exposto, há previsão legal para atuação do legislador municipal no âmbito da matéria objeto da proposição. Contudo, por força do disposto no artigo 94, inciso VII, letra “b”, da Lei Orgânica, compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo promover a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre regime jurídico de servidores, preceito que, vênha concedida, resta afetado pelo conteúdo normativo da proposição”. Não é o Executivo que está falando que está errado, é o Procurador da Câmara Municipal de Porto Alegre. E nós ou cumprimos a lei, ou, então, o que fazemos nós, Vereadores, legisladores que fazemos as leis, vamos ser contra as leis? Portanto, eu sou favorável, sim, ao pagamento do salário no dia certo e correto! Por isso, nós, Vereadores, temos que nos debruçar, nesta Casa, para buscar condições para tal, buscando dialogar com os funcionários e com o Executivo para buscarmos saídas honrosas para não deixar de pagar o salário que todos merecem receber ao final de sua jornada de trabalho. Portanto, sou favorável, sim, a lutar junto com todos os funcionários desta Casa, buscando saídas honrosas para que o Executivo tenha condições de pagar os seus salários, como prevê a lei, até o último dia útil do mês de trabalho. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Matheus Ayres está com a palavra para discutir o PLCL nº 019/16, com Veto Total.

O SR. MATHEUS AYRES: Boa tarde a todos e a todas, eu ouvi atentamente todos os discursos desta tarde. Também já fiz um estudo prévio em relação a este projeto, conforme prometi à Ver.^a Fernanda, a quem respeito muito. Ver. Prof. Alex Fraga, nós temos um ótimo relacionamento aqui, na Casa, conforme conversamos, levei o projeto para casa e o estudei. Há algumas questões, duas questões, na verdade. Primeiro, qual gestor público ou privado gostaria de prejudicar aqueles que, em última instância, são os maiores responsáveis pelo seu sucesso? Eu tenho certeza que nenhum de nós, aqui, no plenário, nas galerias, seria irresponsável a tal ponto. Eu sou contra o parcelamento do salário. E me comprometo – sem demagogia! –, inclusive, a ser não somente uma das vozes no plenário, mas fisicamente, nos espaços apropriados, a lutar contra o parcelamento.

Segunda pergunta: aprovado este projeto – uma pergunta muito sincera –, faltando dinheiro para o pagamento em dia, tendo uma parte do dinheiro, o parcelamento poderia acontecer? Não. Seria necessário, então, ter a totalidade do dinheiro para então pagar o vencimento dos nossos municipais.

Uma questão que eu escutei bastante também dos senhores e das senhoras foi a respeito do parcelamento dos salários dos Vereadores, nos quais me incluo. Nós temos orçamentos diferentes...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. MATHEUS AYRES: Que bom que nós temos esse conhecimento, os dois lados. Nós não temos lados, mas parece que temos. Se for feita uma má gestão do dinheiro desta Casa, o meu salário, por óbvio, deve ser parcelado. Então, isso está acontecendo no Poder Executivo. Infelizmente isso está acontecendo. Mas a segunda pergunta que eu fiz, acho que é bem importante pensarmos sobre ela: caso a Prefeitura não tenha o dinheiro para pagar os vencimentos, como fará? Não fará; ele não fará, infelizmente. Eu, como filho de trabalhadores públicos, como professor, eu sei que a má gestão pública, e todos nós sabemos, faz um mal danado às nossas vidas. Não somente a má gestão pública, na gestão de nossas casas também é assim. Se nós fizermos uma gestão má, nós entraremos no vermelho, e esse é um problema que todos nós precisamos enfrentar, esquerda e direita, ou mesmo aqueles que não têm uma posição partidário-ideológica. Infelizmente, e quero deixar grifado isso – infelizmente –, mas, em respeito à lei, votarei pela manutenção do Veto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCL nº 019/16, com Veto Total.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vimos encaminhar, em nome de 37.317 servidores, ativos e inativos, que não querem, no final do mês, chegar ao banco e lá não ver o seus salários. Desses

37.317 servidores, nós temos 9.961 servidores que recebem até R\$ 3 mil. Nós temos, desses, 37.317 servidores, 19.404 servidores que recebem até R\$ 5 mil. Isso faz um total de 28.365 servidores do montante de 37.317, ou seja, 76% da categoria, 76% dos municipais de Porto Alegre que recebem, no máximo, R\$ 5 mil. O Ver. Matheus Ayres fez uma pergunta aqui: se nós aprovarmos este projeto e o Governo tiver “x” em caixa, poderá pagar os salários? Não! Não poderá pagar os salários. O Governo só poderá pagar os salários quando tiver o montante dos outros 24% que ganham acima disso, aqueles que ganham entre R\$ 14 a 20 mil, PGM, Tesouro... Só poderá pagar os salários quando tiver o montante disso. Ninguém aqui quer fazer maldade, ninguém aqui está procurando fazer mal para ninguém. Agora, o que acontece? Já falei na semana passada, aqui da tribuna, que temos entender que, quando uma empresa está passando por uma dificuldade, ela faz sua autogestão. A Prefeitura está passando por dificuldades – e muito sérias. Aqui foi dito que reter salário é bíblico, reter salário é tirar a essência da vida. Se nós aprovarmos esse projeto, nós vamos estar retendo o salário de 76% dos trabalhadores do Município, beneficiando os outros 24%, que são a nata dos servidores do Município de Porto Alegre, principalmente dos que vocês gritam aqui, que são a PGM e o pessoal da Fazenda, em que somente o imposto de renda e a Previdência Social são os salários de 26,69% dos servidores do Município. Somente o Imposto de Renda e a Previdência são os salários desses. Aí, quando eu subi aqui gritaram: “Janta, tu és um sindicalista”. Eu sou um sindicalista, mas, dos sindicalistas que eu defendo, não vejo ninguém ganhar esse salário. Os sindicalistas que eu defendo ganham R\$ 1.900,00 e já pagam imposto de renda! Os sindicalistas que eu defendo, eles fazem acordos, sim, quando a situação da empresa está difícil, senão a empresa vai quebrar e ele vai ficar desempregado! Aí ele vai lá e faz acordo para reerguer aquela empresa. Ele não quer ver o pessoal que trabalha na manutenção, no chão da fábrica ficar desempregado. Agora, os pelegos, quando o Mauro Pinheiro cobrou aqui que tiraram a bimestralidade, vaiaram ele. Olha como é engraçado! Então, agora eu quero ver vaiarem o pelego. Por que vocês não vaiam o Pimentel, que parcelou os salários dos servidores de Minas Gerais? Ah, do Pimentel não pode falar – desculpa. Desculpa ter falado do Pimentel, Governador de Minas Gerais, do PT, que ia parcelar o salário até junho, mas segue parcelando – desculpa...

(Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em discussão do PLCL nº 019/16, com Veto Total, por cedência de tempo do Ver. Mendes Ribeiro.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Obrigado, Ver. Mendes. O Pimentel pediu o parcelamento dos salários até julho do ano passado, mas seguiu parcelando porque não tinha dinheiro para pagar os salários e continuou parcelando. O Vanazzi, em São Leopoldo, Presidente Estadual do PT... Ah, não pode falar, desculpem-me, não vou mais falar do PT. Então, ele está parcelando salário em São Leopoldo, porque a

Prefeitura também está quebrada. Só mais um do PT: Paulo Garcia, Prefeito de Goiânia, parcelou o 13º salário, pagou a parcela dia 20, e agora está pagando conforme aniversário. São realidades de prefeituras que estão quebradas. Nós não pedimos para parcelar salário de ninguém, quem veio falar isso aqui foi a Ver.^a Fernanda, que trouxe este tema aqui. Se nós estivéssemos fazendo maldade, era muito simples: encaminhávamos pela rejeição do Veto, e, aí, quando a Prefeitura não tivesse dinheiro, o Prefeito chegava e apresentava o extrato da Prefeitura e dizia: “Eu não posso pagar esses 76% de trabalhadores do Município que ganham até R\$ 5 mil porque os Vereadores de Porto Alegre me proibiram de fazer isso. Os Vereadores de Porto Alegre disseram que eu só posso pagar o salário integral. E o salário integral é todo; não é um ou outro, é todo. Não existe diferença, é todo, é para todo mundo, inclusive para os que ganham o teto. Não é uma parte ou outra, é todo. E a situação é pior: há seis estados em que os servidores não receberam o 13º salário ainda, porque deve ter lei semelhante a que nós estamos aprovando aqui, proibindo o parcelamento dos salários das pessoas.

Então eu acho que nós estaremos cometendo uma atrocidade, uma vergonha com os trabalhadores, com os 76% dos municipais de Porto Alegre que ficarão atrelados aos 24% que ganham acima de R\$ 5 mil. E é uma nata muito maior, deve ser em torno de 5% os que ganham o teto do Município de Porto Alegre. Por isso nós encaminhamos aqui para que se mantenha o Veto do Sr. Prefeito a essa proposta, que todos já falaram aqui, a Procuradoria da Casa se manifestou, a CCJ desta Casa se manifestou, que é inconstitucional este projeto. Então nós encaminhamos para manter o Veto a este projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCL nº 019/16, com Veto Total.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu ouvi com muita atenção, em alguns momentos, a desmoralização desta Câmara. Eu já estou Vereador aqui pela terceira vez, fui duas vezes Deputado, nunca ninguém me disse, Ver. Nedel, de que forma eu deveria votar. Se nós não estivermos aqui com convicção, nós não deveríamos estar aqui. Eu não quero nem vaias nem aplausos de vocês, porque eu sei que posso desagradar A ou B, mas quero lembrar aqui alguns partidos: o PT, por exemplo.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CASSIÁ CARPES: Oh, vocês são do PT! Vocês são do PT!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CASSIÁ CARPES: Eu falei PT, e vocês se manifestaram! Presidente, eles não querem ouvir! Esta Câmara devia dar o exemplo para estas pessoas aqui e ter autonomia para não aceitar isso que essa massa de manobra dos partidos que estão aqui estão querendo fazer conosco!

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte?

O SR. CASSIÁ CARPES: Não, não dou aparte, já falaram bastante. Eu quero falar! Eu quero falar! Eu quero lembrar aos senhores e às senhoras: o DMAE já salvou a administração do PT. Eu era Vereador nesta Casa quando a Prefeitura estava quebrando e o DMAE emprestou dinheiro para o PT pagar o salário de vocês. E a Câmara votou! Então, vocês não vão nos tirar a convicção, a coerência. Não adianta! Não vão! Eu estou há 16 anos nesta praia.

(Aparte antirregimental do Ver. Mauro Zacher.)

O SR. CASSIÁ CARPES: Ver. Zacher, o seu partido quebrou a Prefeitura. Em 2015, tinha um superávit de R\$ 231,2 milhões.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CASSIÁ CARPES: Presidente, eu quero falar!

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito a compreensão das galerias.

O SR. CASSIÁ CARPES: E o seu partido não está hoje aqui. Não adianta apontar o dedo. Eu conheço o teu passado! O seu partido, o PDT, quebrou a Prefeitura! E os seus colegas nem vieram lhe acompanhar hoje, aqui, porque o senhor não tem razão! Não pode se acovardar por uma meia dúzia de gente que está aqui. Nós temos que mostrar que esta Casa tem legitimidade! Partidos que quebraram a Prefeitura, várias vezes, agora estão dando de moralistas aqui! Pelo amor de Deus! Na realidade, não venham, depois, com pressão.

Nós vamos votar, eu vou votar porque tenho convicção de que é inconstitucional, dito pelo Procurador da Casa. Sou o primeiro a exigir aqui que tem que ter constitucionalidade. Eu não posso, agora, fugir da minha coerência, por isso vou votar pela permanência do Veto. Partidos que não tiveram coragem não podem.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir o PLCL nº 019/16, com Veto Total.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, colegas; boa tarde, novamente, servidores. Eu, sinceramente, quero dizer aqui uma coisa, alto e bom som, que poderia ser a única frase da minha fala, a única coisa que justificaria, talvez, eu falar na tarde de hoje, e acho que todos os políticos deveriam ter isso na cabeça. Eu vejo, em campanhas, todo mundo falar em educação – queria pedir atenção só para essa frase. Eu queria dialogar com aqueles que não vão fazer o que nós vamos fazer hoje. Se algum dia, seja no Governo do Marchezan – e aí eu quero dizer que não é nada pessoal –, seja no Governo da Luciana Genro, seja no Governo do Melo, do Fortunati, do Olívio, um político que votar contra os professores não tem vergonha na cara!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. RODRIGO MARONI: Sinceramente, talvez eu vá falar pouco hoje, porque, se fosse para votar contra os professores – e me cobrem! –, seja o governo que for, eu passaria com o Luiz Afonso e renunciaria ao meu mandato, porque seria mais fácil, mais digno e mais honesto. Encaminharia uma carta, entregando ali... Porque, sinceramente, se a política vota contra os professores, meu amigo, é um constrangimento moral que ultrapassa a questão de interesses daqui ou de lá, porque todo mundo sabe que há bancadas dos mais diversos interesses. Não tem nenhum problema, isso é legítimo. Agora, com relação aos professores e servidores públicos, temos que ter unanimidade, temos que ter consenso sempre. Você pode roubar, pode ser da bancada da obra, mas vote com os professores, pelo amor de Deus, porque são os que ganham menos!

Outra coisa, eu fico me perguntando o seguinte, gente, todos que estão aqui, alguns já estão com a vida pronta, há alguns mais ricos, outros menos, mas todo mundo depende do professor. Será que o indivíduo não olha que os professores estão ganhando menos que garçom para estudar? Sem desqualificar, eu fui garçom até bem pouco tempo atrás. Será que não olham? Eu queria calcular, Robertinho, Alex, quantas vezes menos ganha um professor do que um Vereador, cara? Quantas vezes menos? E eu não quero fazer nenhuma demagogia aqui, mas, quando é a votação, Fernanda, do reajuste de inflação salarial de Vereador, eu não vejo polêmica para ser votado. Então, Thiago, eu quero te dizer, meu amigo, com todo o respeito, por isso que eu digo que quero dialogar na boa, se fosse a Luciana Genro, Fernanda, eu iria votar contra, porque a gente tem que ter, na verdade... Segura o meu tempo, Sr. Presidente?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Temos um Vereador na tribuna, peço a colaboração de todos que nos acompanham nesta tarde.

O SR. RODRIGO MARONI: Pessoal, queria só garantir a minha fala. Não vamos devolver provocação. Vamos ter um comportamento aqui de alto nível para

vencer. Só queria dizer o seguinte, com todo o respeito, Ver. Valter Nagelstein, não falei do senhor, nem sabia que era com o senhor.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.)

Uma senhora fez assim... e me chamou de nazista. O que pedi a ela foi que eu a filmasse fazendo isso e que ela se identificasse. Fazer isso é crime. Ela não quer fazer. Eu não provoquei ninguém. Está bem? Fica certo assim? Não houve provocação, houve isso. (Vaias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver. Rodrigo Maroni, seu tempo terminou.

O SR. RODRIGO MARONI: Eu só queria concluir a minha fala...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não, nós estamos dando mais tempo na Ordem do Dia, anunciei várias vezes que nós não daremos o minuto adicional. Vereador, o senhor concedeu um aparte dentro do seu tempo. O aparte faz parte do tempo. Ver. Rodrigo Maroni, eu não vou abrir exceção, porque senão vai ser desleal com as dezenove intervenções que já aconteceram!

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLCL nº 019/16, com Veto Total.

O SR. DR. THIAGO: Caros municipais que nos ouvem nesta tarde de hoje, caros colegas Vereadores e Vereadoras, é claro que os Vereadores que propuseram este projeto aproveitaram a oportunidade. Claro! Eu diria até mais, desculpem a expressão, foram oportunistas, mas o recado precisa ser dado desta tribuna. E o recado é que políticas públicas não podem ser feitas, no Município de Porto Alegre, sem os servidores públicos. A saúde da Cidade, por exemplo, depende dos servidores públicos. O pouco que se tem depende dos serviços prestados pelos servidores públicos. Nós temos discordâncias, Ver.^a Sofia, porque o seu governo retirou a bimestralidade, o seu governo terminou com os médicos federais e trouxe para este País pessoas que não têm qualificação e não têm diploma revalidado! Isso fez o seu governo! E V. Exa sobe a esta tribuna para defender o funcionalismo! Por que não defendeu os médicos federais, por que deixou terminar com essa carreira? O Município de Porto Alegre hoje sofre com isso: o Hospital Presidente Vargas, por exemplo, quase fechou; o IAPI está fechando porque esses remanescentes estão se aposentando; o PAC passa por uma situação calamitosa. É isso que precisa ser lembrado.

Eu quero dizer, Ver. Maluco do Bem, que a independência dos Poderes foi quebrada na posse, quando o Judiciário interveio nessa Casa de forma arbitrária, evitando que eu, por exemplo, pudesse concorrer à terceira cadeira da Mesa Diretora, que o nosso bloco, que é composto de cinco partidos, de oito Vereadores, que representa parcela significativa da cidade de Porto Alegre, pudesse ter um representante na Mesa Diretora. A independência já foi quebrada lá. Quero dizer para o Governo que nós somos independentes, nós votamos, sim, pela reforma administrativa, nós somos parceiros na construção da Cidade, mas, nesta matéria, o DEM vota pela derrubada do Veto. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLCL nº 019/16, com Veto Total. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 019/16, com Veto Total, como autora.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu quero me dirigir em primeiro lugar aos trabalhadores municipais, pois ouvimos uma sorte de absurdos na tarde de hoje, ouvimos outro debate em relação à ideologia e ouvimos a tentativa dos que defendem o Governo de se esconder, ou na técnica, ou no erro dos outros, para justificar os ataques deste Governo aos municipais. Ver. Cassiá, o erro do PT e dos governos anteriores, dos exemplos que o senhor citou não transforma o projeto do Marchezan em um acerto. Pelo contrário, parcelar salário vai ser sempre um ataque – aqui, em Belo Horizonte, em Gravataí, em São Leopoldo... – ao conjunto dos servidores públicos. Aliás, eu quero ler uma frase para vocês: “Então, nós encaminhamos favoravelmente ao projeto. Vamos votar favoravelmente ao projeto, porque salário é sagrado, salário tem que ser honrado, tem que ser pago em dia, assim como o 13º salário” (Ver. Cláudio Janta, no dia da votação do projeto, em dezembro do ano passado, aqui, na Câmara de Vereadores, nesta tribuna). Então, menos!

Em segundo lugar, o tema da demagogia. Demagogia é se esconder atrás de uma técnica para não justificar a sua política. Eu vi Vereador criticando a constitucionalidade do projeto, vi Vereador dizendo que era por um problema de votos, uma ignorância tremenda porque o projeto foi votado depois da eleição, nós já tínhamos ampliado a nossa bancada em mais de 50% da Câmara de Vereadores. Então, não teve nada a ver com eleições, não sejam demagógicos! Em relação à demagogia, falaram do projeto, falaram da constitucionalidade, mas não deram um pio no terrorismo que o Marchezan está fazendo, desde o final do ano passado, em não garantir o salário dos servidores! Não deram um pio no ataque aos professores! Não deram um pio sobre a compensação que foi mudada na sexta-feira! Não falaram nem na carne para as crianças, que o Governo mandou um memorando às escolas cortando carne das crianças! Mas falaram do problema dos salários como algo que, obviamente, os Vereadores estarão favoráveis, que seria um indicativo, que é a forma errada.

Em primeiro lugar, não ouviram, Ver. Camozzato, a primeira intervenção nossa da questão da Licença Paternidade, que é lei, foi proposto por Vereadores, a Câmara derrubou o Veto, e até hoje está vigorando. Quem diz se é constitucional ou não, não é senhor, é o Tribunal de Justiça! Desculpe, mas é uma questão de condicionamento político. O senhor não quer se comprometer politicamente com os servidores, porque tem uma questão de simbolismo, que eu acho que é importante, é um recado do Parlamento criando uma nova legislação que permita direitos para os servidores no sentido de ter mais uma garantia nesse jogo de terrorismo, de ajuste, de ataque, que só leva a aumentar a crise econômica. Essa é a lógica dos governos que governam para os ricos, que aumenta o desemprego, que aumenta o arrocho salarial, que aumenta a perda de postos de trabalho no comércio. É esta lógica que a gente está vendo no Brasil inteiro, e querem fazer, aprofundar aqui no Município de Porto Alegre.

Mas eu quero dizer aos municipais que é importante ter uma questão em mente. Nós votaremos agora, daqui a pouco, a votação do Veto Total, se nós não ganharmos, não há nada na lei que garanta que eles possam parcelar o salário de vocês. Ao contrário, era um projeto de proteção, que ajudava a mobilização da categoria, inclusive, foi proposto pela categoria para ajudar no seu processo de mobilização diante da luta do 13º salário. O que vai garantir os salários em dia e não aumentar o sucateamento é a correlação de força, é uma assembleia lotada no dia 09 de março para fazer a luta da categoria, são os conselhos escolares dialogando com a comunidade – e nós vamos estar nos piquetes com vocês. Isso é mero detalhe. Detalhe que seria importante, mas que não diminui em nada a nossa capacidade de lutar, de se indignar, de mobilizar e saber que as grandes mudanças não vêm do Parlamento, mas da luta organizada dos trabalhadores e das trabalhadoras nos seus locais de trabalho, nos seus locais de luta cotidiana.

Por fim, Ver. Valter, se há algum doente aqui, o único doente é V. Exa., e não os trabalhadores municipais.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE(Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação o PLCL nº 019/16, com Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em primeiro lugar, dizer que estou muito orgulhosa da categoria dos municipais, porque mostrou muito mais educação e cidadania aqui do que vários Vereadores desta tribuna. É real, e isso não é demagogia, porque eu escutei Vereadores aqui xingando de forma absurda, dizendo que são manipulados, dizendo que são de determinado partido. Isso é desrespeitoso, isso é equivocado. Municipais que legitimamente estão aqui, e não é à toa, não é por uma invenção, não é por uma fantasia, não é por uma quimera, querendo garantir, no seu estatuto, que não se parcele salário. É porque o Marchezan vem avisando, vem anunciando, aqui foi feita até conta na tribuna de quem vai parcelar primeiro, quem vai parcelar depois, quem não sei o quê... Ou seja,

já estão maquinando para fazer a perversidade, o acinte, a agressão, a violência que é, Ver. Janta, retirar o que é mais sagrado, o salário, porque a pessoa trabalha o mês inteiro para chegar no final do mês e pagar as suas contas. Eu fico injuriada, eu que sou do PT, com quem vem aqui dizer que o problema é contra o PT, que a turma está aqui pelo PT! Não é isso! Onde tiver a Administração do PT que está parcelando, município tem que lutar, tem que criticar, tem que votar lei, tem que brigar! Eu fui sindicalista durante oito anos. Desses oito anos, o PT governou sete, e nós fizemos greve! A nossa categoria foi brava, lutou, discutiu o plano de carreira, exigiu condições, porque os governos têm lado, têm perfis, eles não são todos iguais! E não substitui a luta do trabalhador nenhum governo, de nenhuma matiz! Por quê? Porque a pressão está do outro lado, tem pressão dos que produzem, dos que constroem, dos que são contratados. Tem pressão de todo lado, a população quer obras. Então, um governo é resultado de escolhas, é resultado de pressões. E nós sempre dissemos: sindicato é para lutar, é autônomo de partido, representa a categoria, mas não é uma luta corporativa só. Quem está dizendo aqui que é possível parcelar salários está dizendo que é possível causar o que está se causando em Porto Alegre, com esta intervenção na rede municipal de ensino; está dizendo que é possível acabar com o serviço público de qualidade; está dizendo que é possível desestimular servidor e piorar as condições de saúde, de educação, de atendimento no balcão da SMIC, de atendimento em todas as áreas da Prefeitura que são mantidas pelos funcionários. É disso que se trata! Tem mais valor o investimento em funcionário, em serviço humano do que em outras contas, sim ou não? É isso que a Câmara está dizendo com esse projeto de lei. Disse, porque nós votamos por unanimidade no fim do ano! Este Parlamento regulamentou a Lei Orgânica, que é a lei máxima, que diz que o salário tem que ser pago até o dia 31. Uma lei complementar, que a lei do Estatuto do Funcionalismo Municipal, vai regulamentar a Lei Orgânica e vai dizer: é proibido parcelar salário! A prioridade é o salário! Porque atrás do salário tem gente, atrás dessa gente tem vida, tem saneamento, tem energia, tem cidade funcionando, tem qualidade de vida! É a nossa Cidade que está atrás desse povo! Quem sobe aqui para dizer que é possível negociar, mediar... Sindicato meu que fosse lá negociar o meu salário, para mim, seria sindicato pelego, seria sindicato entreguista! E o nosso sindicato não vai fazer isso! Nós vivemos em Porto Alegre dez anos de um sindicato de direita, autoritário e entreguista, e nós superamos esse tempo, o tempo do Pureza! Nosso sindicato é bravo, é de luta, porque a categoria é de dignidade, a categoria é brava, que construiu essa história de Porto Alegre diferenciada! E nós não vamos abrir mão. Espero que esta Câmara diga não, Prefeito, parcelar, não! Vamos respeitar o funcionalismo municipal!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 019/16, com Veto Total.

O SR. RODRIGO MARONI: Sr. Presidente, quero dizer, mais do que qualquer coisa – e aí convido a todos que puderem se inscrever para falar –, que a gente fique até as 22h aqui para defender os professores, porque, com certeza, esse dia vai ficar na história! Como eu disse aqui, se você tem que ter um norte para votar, se eu tiver uma posição A e os professores tiverem B, a B está certa, e nós temos que mudar para a posição do professor. Disso eu não tenho dúvida nenhuma. Mas depois, daqui a dois anos, muitos aqui, assim como muitos políticos, vão estar pedindo votos e falando em educação, gente! Daqui a um ano e meio, a vida é curta, passa ali, hoje vocês precisam do nosso voto, mas daqui a um ano e meio, muda, é o contrário. E aí eu vou dialogar com a conversa da Sofia. Eu conheço professores das mais vertentes opiniões, inclusive, na minha opinião, muitos professores hoje não têm uma vertente definida como só aquela correta, porque sabem a contradição e o conflito da relação política. E aí vocês têm que saber, e eu fico muito feliz e ao mesmo tempo muito triste, porque para mim teria que ser, por unanimidade, uma votação a favor dos professores. Isso não é questão partidária, não é questão de sobrenome, não é questão ideológica, teria que ser uma votação de 36 favoráveis. Mas eu fico contente em ver partidos tão antagônicos, partidos que muitas vezes divergem aqui ideologicamente, nesse momento, com uma possibilidade de maioria. E eu vou dizer por que tem essa possibilidade de maioria. Primeiro, porque hoje há uma ausência de habilidade política muito grande por parte do Governo. Há muito tempo não se via isso. Então, a política não está faltando só para os professores, está faltando para a própria política aqui se discutir. Ninguém aqui sentou com o Prefeito ou foi recebido pelo Prefeito para discutir, porque não é essa a possibilidade, lamentavelmente. Hoje o que se faz na Prefeitura é um processo de apolitização, é aquilo que a inércia é o vácuo, não se representa. Eu, particularmente, comento que não sei nem a quem me direcionar, se vocês me perguntarem com quem tratar os temas, não tem. E eu, de forma muito fraterna, porque respeito, foi da minha coligação, fico até com pena – e não estou ironizando – do Ver. Janta, que de certa forma não tem nem autonomia e talvez pudesse até construir uma coisa mais unificada aqui dentro, porque nem essa relação do próprio Governo é coesa, nem a relação do próprio Governo de construção aqui, de abertura de diálogo.

Então, isso é só reflexo desse momento triste não só para os professores, mas para a política porto-alegrense. Um momento em que, no ano passado – se eu estiver errado, levantem a mão –, o Marchezan não foi eleito por partido; ele foi eleito por um sentimento contrário à política! E agora o povo está pagando por isso, porque votaram na cara bonita, com um discurso do novo e que não se sustentava pela política. E o que acontece? A falta de política gera crise política nos mais diversos setores. Hoje nós vivemos isso, é importante como ensinamento social, a humanidade reaprende, inclusive, a partir da política. Ele se elegeu, e alguns partidos depois pularam para apoiá-lo, mas ele iria ganhar independente de qualquer coisa, porque as pessoas estavam rejeitando a política. Ele era um indivíduo que tinha 2% na última eleição, ou alguém não lembra? Então, eu acho que hoje tem que ser de uma grande vitória para os professores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 019/16, com Veto Total.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Eu estava esperando o Governo apresentar sua posição, mas parece que o Governo quer governar com a omissão da Câmara de Vereadores. Eu vejo que esse é um ponto grave. O projeto apresentado tem um valor que é o de fortalecer uma ideia, a ideia básica de que o trabalho realizado é trabalho pago. Isso está sendo questionado. Qual é o problema que nós temos? Hoje começou o ano letivo municipal, e nós começamos com uma crise na educação. Se a Câmara de Vereadores – embora eu tenha gostado da posição do PMDB e dos partidos que o acompanharam nas visitas às escolas – quer ter utilidade para a população, ela deve atuar para resolver rapidamente essa crise. E a pergunta que eu me faço e para o Ver. Moisés, que é do PSDB, para o próprio Ver. Cláudio Janta, que é Líder do Governo: qual é a lógica do Governo Marchezan – isso tem muita importância para os servidores – começar o ano letivo com uma crise na educação municipal? A única racionalidade possível, quando nós sabemos que está provocando uma crise, quando nós sabemos que muitos Vereadores estão dizendo para o Governo Marchezan não levar adiante esse projeto sem uma discussão, com tranquilidade, quase dizendo para ele retirar o projeto, e o Governo Marchezan mantém o projeto, mantém a queda de braço, a única lógica possível dessa tentativa de queda de braço é antecipar um conflito com os servidores, tratar de derrotar uma categoria que é vanguarda no Simpa e nos servidores municipais, de um modo geral, porque tem sua entidade própria, e, a partir de dobrar os servidores e, em particular, os professores, tratar de apresentar o seu plano de arrocho salarial brutal sobre os servidores. É a única racionalidade possível. Uma racionalidade do ajuste, mas é uma racionalidade. Por isso tem muita importância, mais do que o projeto, e isso a Fernanda colocou muito bem. O projeto tem um valor muito simbólico, de uma certa forma, ele define quem está sustentando o Governo de qualquer forma, porque não votar esse projeto é um indicativo para o Governo de que os Vereadores que estão contra esse projeto querem dar sustentação para o Governo Marchezan aqui na Câmara de Vereadores, isso é uma coisa óbvia. Por isso é que defendem contra, não é por constitucionalidade, não é por argumento, é pela lógica de quererem ser base de sustentação do Governo Marchezan. Mas eu acho que o ponto fundamental, e é muito importante ter o alerta, o que vai decidir é justamente a mobilização da categoria. Por isso tem tanta importância a mobilização dos professores municipais. A mobilização dos professores municipais deve ser apoiada por todos os servidores, porque a lógica do Governo é derrotar os professores hoje para não pagar o salário dos municipais amanhã. Essa é a lógica. É contra essa lógica que simplesmente nós temos que trabalhar.

O Valter Nagelstein fez toda uma discussão, e eu não vou ficar aqui fazendo discussões teóricas sobre como vejo a função parlamentar. O Nagelstein pergunta, se eu questiono tanto o Parlamento, por que sou candidato e, depois, por que eu exerço o mandato. Eu exerço o mandato, Ver. Valter Nagelstein, para que as pessoas não precisem escutar só o lado daqueles que estão do lado dos grandes empresários. Então,

eu acho que, como os trabalhadores necessitam de representação, é muito importante disputar. Mas eu estou convencido de o que decide o resultado da luta é o que ocorre na rua e não, dentro do Parlamento.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 019/16, com Veto Total, pela oposição.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores. Mais uma vez falo em tempo de oposição, em nome do meu Partido PSOL e também do PT. Gostaria de trazer algumas frases. É bom sempre pensar quem pode contribuir para as discussões e trazer alguns argumentos que possam sensibilizar opiniões divergentes. Afinal, somos 36 pessoas, somos 36 cabeças, concepções distintas, mas nós precisamos tirar um posicionamento. O posicionamento aqui é sim ou não, derruba o Veto ou mantém o Veto. Portanto, contribuindo com aqueles Vereadores que estão inseguros em votar para derrubar o Veto do Prefeito, trago algumas frases de pessoas que são renomadas pelo trabalho que dedicaram à população mundial, aos direitos humanos. Um deles é Mahatma Gandhi, célebre, com a frase: “Temos que nos tornar a mudança que queremos ver”. Ou seja, se cada um dos Vereadores acredita piamente que é necessário, que é importante manter os vencimentos dos funcionários públicos municipais, que o Vereador vista essa camiseta e aja como tal, sem entrar no mérito de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade. Por isso, trago uma outra frase de Martin Luther King Jr., que diz: “É nosso dever moral e obrigação desobedecer a uma lei injusta”. Nós somos indivíduos responsáveis pelos nossos atos, pelas nossas votações e também pelas nossas palavras. Estamos aqui representando um segmento da população. Esse segmento, Vereadores e Vereadoras, está de acordo com a posição que vocês vão assumir dentro em breve? Está de acordo? Dá para parcelar? Não dá nada? Não tem problema?

Senhoras e senhores, votamos em 2015, nesta Câmara, neste plenário, uma Moção de Solidariedade à greve dos servidores estaduais, que estavam tendo seus salários parcelados. Foi entendimento desta Câmara de Vereadores votar em apoio à categoria que estava sofrendo com a faca no pescoço e as carteiras vazias. Esta Câmara entendeu. E naquele momento era só o que nós podíamos fazer: manifestar publicamente a posição desta Casa Legislativa, que era contrária ao parcelamento dos salários dos servidores estaduais. Agora é a nossa vez, agora é a nossa possibilidade. As pessoas, os atores envolvidos nos processos precisam de oportunidades para agir. Dr. Thiago, desculpe-me discordar da sua fala nesta tribuna, mas não é uma atitude oportunista. Eu e a Ver.^a Fernanda Melchionna nos envolvemos nas questões dos municipais. Eu sou professor municipal, sou servidor do quadro; estou licenciado, mas sou servidor público municipal. Então, não é oportunismo, eu estou representando aqueles que me colocaram aqui para serem representados. Portanto, não é demagogia e

não é oportunismo, eu estou cumprindo o meu trabalho. Ademais, se é incumbência do Executivo, por que não foi feito antes? Por que a Prefeitura não encabeça um movimento e diz: é errado parcelar salário de servidores. Propomos esse projeto. Nós estamos fazendo a nossa parte. Qual dos Vereadores e Vereadoras nunca recebeu um *e-mail* ou uma ligação de uma pessoa que o apoiou, pedindo que haja um posicionamento desse ou daquele modo. Nós, Srs. Vereadores, precisamos nos posicionar, precisamos ter lado. O lado agora é: somos contra o parcelamento ou não somos? Não vamos tergiversar, usar argumentações variadas, mesmo porque, se houver um entendimento do Judiciário, o Prefeito vai entrar com uma ação de inconstitucionalidade para revogação. Mas vamos fazer a nossa parte e zelar pelo que nós acreditamos, mesmo porque o sufrágio universal não existia. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 019/16, com Veto Total.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, ouvi atentamente todos e ouvi a última manifestação de vocês: “Vota, vota e vota”. Eu tinha um belo discurso preparado, mas resolvi falar um ou dois minutos no máximo para dizer que talvez, aqui, sejamos os únicos funcionários públicos do Estado, dos poucos funcionários públicos do Estado. E conheço muito bem e sei muito bem o que é isso, e vivo com a perspectiva, que é histórica, já se vai um ano, de parcelamento dos salários. Poucos, muito poucos têm uma poupança com que conseguem passar um ou dois meses sem remuneração. Como eu sou daqueles de pouca poupança, todos os meses eu vou ao Banrisul. Fiz empréstimo, meu caro Presidente. Quem ganha com essa falta de regularidade dos salários, na verdade, são os poderosos e, normalmente ou quase sempre, os banqueiros.

Portanto, nós estamos aqui – e falo em nome do Ver. Paulinho – para votar pela derrubada do veto, na expectativa de um esforço extraordinário da Prefeitura para pagar em dia os salários e fazer com que o nosso servidor não precise fazer o que estamos fazendo no Estado do Rio Grande do Sul: buscando dinheiro emprestado todos os meses. Aquele abraço. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal o PLCL nº 019/16, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 16 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**. Mantido o Veto Total.

Declaração de Voto firmada pelo Ver. Felipe Camozzato (Lê.): “Ementa: Lei que proíbe parcelamento de vencimentos dos servidores públicos municipais. Ainda que meritória a proposta, já que garante a remuneração, em dia, dos servidores, há inequívoco vício de iniciativa que acarreta flagrante inconstitucionalidade. Matéria de

iniciativa privativa do prefeito. Art. 94, VII, alínea "b" da Lei Orgânica Municipal. Matéria objeto de tratamento pela Lei Orgânica do Município (art. 41), que não admite alteração por meio de Lei Complementar. Encaminhamento de voto pela manutenção do veto ao PLCL nº 019/2016. Voto "Não". Encaminho meu voto pela manutenção do veto ao PLCL nº 019/2016, pelas seguintes razões: Ainda que se trate de matéria importantíssima, por garantir a contrapartida necessária ao trabalho, o referido projeto de lei, como bem observado nas razões de veto, encontra obstáculos do ponto de vista jurídico quanto ao problema de iniciativa para a propositura de projetos de lei sobre a matéria do regime jurídico dos servidores públicos. Isso porque usurpa competência privativa do executivo municipal, prevista pelo art. 94, VII, alínea "b" da Lei Orgânica do Município. Ademais, a própria Lei Orgânica Municipal já prevê expressamente a possibilidade de atraso no pagamento dos vencimentos, inclusive mencionando o formato pelo qual haverá a atualização e correção dos valores (conforme art. 41, da Lei Orgânica Municipal). Isso significa que um projeto de Lei Complementar não pode ter o condão de modificar o quanto previsto na Lei Orgânica, cujo processo legislativo é diverso. Também por essa razão há inconstitucionalidade a impedir a derrubada do veto. Por essa razão, não há como votar pela aprovação do projeto apresentado. Não resta, pois, alternativa senão a opinião pela manutenção do veto ao PLCL nº 019/16.”

Declaração de Voto firmada pelo Ver. Mendes Ribeiro (Lê.): “De início, me dirijo aos autores, em especial a vereadora Fernanda Melchionna, para dizer que o pagamento da remuneração dos trabalhadores em dia é um direito sagrado, indelével, sendo obrigação de qualquer gestor, seja ele no setor público ou privado, pagar integralmente os salários em dia dos seus trabalhadores. Em que pese a crise econômica e financeira que estamos passando, o eventual atraso no pagamento da folha dos servidores ativos e inativos implicaria em enormes sofrimentos, transtornos e constrangimentos, pois todos temos compromissos a serem saldados, e com o servidor não é diferente, que só dispõe dessa fonte de renda para prover o sustento próprio e de sua família. Todavia, por mais que se perceba o mérito e a boa intenção com a presente proposição, as razões pelas quais vou votar pela manutenção do veto são, puramente, em decorrência dos evidentes óbices jurídicos insanáveis que a proposição apresenta, ante a flagrante inconstitucionalidade por tratar de regime jurídico de servidor público, cuja competência é privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos, não somente da Constituição Federal, mas também da Lei Orgânica Municipal, no seu artigo 94, inciso , corroborada por remansosa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, resta claro que, no projeto em discussão, esta Casa usurpou a competência para legislar sobre matéria cuja iniciativa é privativa do Prefeito, e na condição de integrante da CG e possuir formação jurídica, não há como me coadunar com outro posicionamento que não seja pela manutenção do veto, como foi posto nas razões do Prefeito e no meu parecer aprovado sobre a matéria, quando o veto ao projeto foi submetido à CCJ. Além disso, deve-se dizer, a bem da verdade, que a Lei Orgânica de Porto Alegre, mais precisamente nos artigos 39 a 41, já estabelece a obrigatoriedade do pagamento da remuneração mensal dos servidores públicos até o último dia útil de cada mês que corresponder (artigo 39), e até o dia 20 de dezembro deverá ocorrer o pagamento do 139

salário, podendo haver parcelamento apenas no caso de antecipação do pagamento (artigo 40). Dessa forma, o pagamento dos vencimentos na data apazada trata-se, por evidente, de direito fundamental e indisponível dos servidores. Deve ser ressaltado que, para o caso de eventual descumprimento dos artigos anteriores (artigos 39 e 40), a autoridade que deu motivo ao atraso responderá administrativa e criminalmente pelo atraso no pagamento da remuneração dos servidores, já que, como disse antes, a remuneração do servidor possui natureza alimentar, essencial à manutenção e ao bem-estar de sua família, devendo ser prioridade, e, em caso de atraso, o Prefeito estaria deixando de praticar um ato de ofício, e poderia incorrer em crime de responsabilidade e de improbidade administrativa. Dessa forma, além de possuir vício de iniciativa, a proposição é desnecessária em virtude de que a Lei Orgânica já trata da matéria nos artigos 39 a 41, que, por sua vez, possuem aplicação imediata. Por essas razões meu voto foi pela manutenção do veto ao PLCL nº 019/16. Porto Alegre, 06 de março de 2017.”

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quorum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 18h27min): Encerrada a Ordem do Dia.

Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0380/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 025/17, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao doutor em geriatria e gerontologia Emílio Hideyuki Moriguchi.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1118/16 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 020/16, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que inclui arts. 191-A e 191-B na Lei Complementar nº 284 – de 27 de outubro de 1992 – que institui o Código de Edificações de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, obrigando, em lotes edificadas ou não edificadas, com área impermeabilizada superior a 500m² (quinhentos metros quadrados), a implantação de sistema para captação e retenção de águas pluviais coletadas por telhados, coberturas, terraços e pavimentos descobertos.

PROC. Nº 0398/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 003/17, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que inclui inc. V no *caput* do art. 33 da Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975 – que institui posturas para o Município de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, incluindo os casos comprovados de ações vexatórias, de violência, de preconceito ou de discriminação motivadas por gênero, orientação sexual, raça, opção religiosa, partidária ou ideológica, nacionalidade ou condição social praticadas por proprietários ou funcionários efetivos ou terceirizados do estabelecimento no rol de situações nas quais a licença de localização deverá ser cancelada.

PROC. Nº 1917/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 191/16, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que inclui a efeméride Semana da Economia Solidária no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na primeira semana do mês de dezembro.

PROC. Nº 1963/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 196/16, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que dispõe sobre a venda e o consumo de bebidas alcoólicas em arenas e estádios esportivos.

PROC. Nº 1964/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 197/16, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que determina a substituição dos controladores eletrônicos de velocidade – pardais – instalados nas vias públicas do Município de Porto Alegre por redutores eletrônicos de velocidade – lombadas eletrônicas.

PROC. Nº 1965/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 198/16, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que determina a divulgação dos locais em que será realizada *blitz* pela Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC – com antecedência de 24h (vinte e quatro horas) em seu *site* institucional.

PROC. Nº 2020/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 207/16, de autoria da Ver^a Fernanda Melchionna e outro, que institui o Programa Família Acolhedora no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 2617/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 267/16, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que inclui a efeméride Dia de Exu Rei Seu Sete da Lira no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 12 de agosto.

PROC. Nº 0396/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 031/17, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Abrahão Melnick o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Mil e Trinta e Três, localizado no Bairro Rio Branco.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não há Vereadores inscritos para discutir a Pauta.

Solicito abertura do painel eletrônico para nova verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Professor Wambert está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Matheus Ayres está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h29min.)

* * * * *